

# CONSTRUÇÃO

OESTE

Primeiro Trimestre | 2021

p.8

## .As lições que a pandemia trouxe

A construção civil ainda aprende a lidar com uma nova realidade nos canteiros de obras, a pandemia que mudou os rumos da vida das pessoas, da economia, dos hábitos, enfim, nos reinventou. No entanto, o cenário já parece bem mais definido por parte de algumas empresas que preferiram se reinventar ao invés de sucumbir. Construção Oeste conversou com empresários e perguntou a eles quais foram as lições que a pandemia do novo coronavírus trouxe às suas empresas. As respostas são valiosas e um exemplo de que não devemos, nem podemos, desistir tão fácil.





*Implantação  
e duplicação  
de rodovias  
no Paraná.*

**NO CAMINHO DA PROSPERIDADE  
TEM A ENERGIA DE ITAIPU.**

**MAIS DO QUE UMA USINA DE ENERGIA, SOMOS UMA USINA DE ENTREGAS.**

**R\$ 2,5 BILHÕES  
EM OBRAS DE  
INFRAESTRUTURA.**

Itaipu gera energia para dois países. São milhões de megawatts-hora entregues todos os anos. Com toda essa energia, realiza obras que estão transformando a vida das pessoas, gerando desenvolvimento econômico, tecnológico, turístico e sustentável, além de milhares de novos empregos. Um trabalho feito com seriedade e transparência, para deixar o maior de todos os legados: um futuro melhor.

O amanhã já começou.



[www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br)

**.DIRETORIA EXECUTIVA****PRESIDENTE**

Ricardo Lora

**1º VICE-PRESIDENTE**

Renato Pena Camargo

**2º VICE-PRESIDENTE**

Ricardo Parzianello

**1º SECRETÁRIO**

Vinicius Lorenzi

**2º SECRETÁRIO**

Sergio Casarotto

**1ª TESOUREIRA**

Renata Peres Krum

**2º TESOUREIRO**

Edson José de Vasconcelos

**SUPLENTE**

Jadir Saraiva de Rezende

Agnaldo Mantovani

João Luiz Félix Filho

Flavio Nabih Nastas

Marco Antonio Guilherme

Antonio Paulo Galvão Natucci

**CONSELHO FISCAL****TITULARES**

Oscar Beck de Souza

José Luiz Parzianello

Sergio Astir Dillenburg

**SUPLENTE**

Ivete L. Dillenburg Giovanella

João Luiz Broch

Claudio Renato Moraes Bressan

**CONSELHO DELIBERATIVO**

Mario Cesar Costenaro

Ricardo Prestes Mion

Ronald Peixoto Drabik

Edson José de Vasconcelos

Edson Luiz Schmitz

Ricardo Parzianello

Renata Peres Krum

**DELEGADOS REPRESENTANTES  
NA FIEP****TITULARES**

João Luiz Broch

José Luiz Parzianello

**SUPLENTE**

Edson José de Vasconcelos

Edson Luiz Schmitz

Palavra do Presidente	4
Indicadores	6
Agenda Sinduscon	7
As lições que a pandemia trouxe	8
Entrevista com Joel Krüger - Presidente do CONFEA	10
Foz do Iguaçu terá primeiro bairro inteligente do Brasil	14
Toledo consolida expansão vertical	15
Entrevista com Rainer Zielasko - Presidente do Programa Oeste em Desenvolvimento	16
Alcoolismo, tabagismo e drogas no canteiro de obras	19
Corredor bioceânico	21
Concessão de rodovias	22
Nova alta dos insumos afeta canteiro de obras	24
Trabalhamos por enquanto na incerteza - CPRT	25
A transversalidade do BIM - COMAT	26
Resolução 64/2020 revogada - CODESB	27
Chegou a hora de rever a metodologia do CUB - CII	28
Em busca da sobrevivência - COINFRA	29
Parceria que rende frutos - CMA	30
Em busca do tempo perdido - CRS	31
Transformando “juridiquês” no entendimento da engenharia - COMJUR	32
Quanto mais riscos enfrentamos nas obras? - Segurança no trabalho	34
Economia e durabilidade - Dicas sobre aproveitamento de EPIs	36

Projeto Gráfico: Elementar Ateliê de Comunicação

Jornalista Responsável: Luciano Barros

Impressão: Gráfica Tuicial

**Publicação:**Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná Oeste  
(Sinduscon Paraná Oeste)

Avenida Assunção, 690 - Centro - CEP 85.805-030 - Cascavel - PR

(45) 3226 1749/3226 4638 (fax)/ 98802 4736

www.sindusconparanaoeste.com.br

sinduscon@sindusconparanaoeste.com.br

## .PEDÁGIO: CHEGA DE ATRASO!

A cobrança de outorga e instalação de novas praças de pedágio são uma afronta ao povo paranaense. Sem transparência, clareza nos números e enfiada goela abaixo à população da região Oeste, a proposta de renovação das concessões de rodovias do Paraná, da maneira pela qual foi concebida até o momento, deve representar mais 30 anos de atraso para a população do Estado. Mas ainda dá tempo de mudar este cenário, basta a sociedade se unir e gritar: basta! Chega de atraso. A região Oeste do Paraná oferece muito mais do que recebe em troca. Na forma de impostos e contribuições, oferece um boi ao governo federal e recebe de volta um bife. Isso tem que acabar. O setor produtivo, especialmente o setor da construção civil, representado pelo Sinduscon Paraná Oeste, não aguenta mais esse modelo e a sociedade paranaense não suporta mais ser enganada. O Sinduscon Paraná Oeste é signatário do G8, entidade que reúne as principais instituições de Cascavel que representam a força produtiva e empreendedora local e que está à frente da organização do movimento, juntamente com o Programa Oeste em Desenvolvimento e a Caciopar. Queremos transparência durante todo o processo, do debate ao fechamento de contrato. Toda a produção primária já é impactada pelo modelo atual, de tarifas absurdamente abusivas e que ninguém as suporta. O governo precisa defender o povo e não os interesses das concessionárias. Quanto à outorga: não podemos aceitar esse modelo, pois, todos sabem, os recursos que serão angariados não permanecerão aqui. Essa cobrança antecipada pelo uso das rodovias gera uma receita para o governo federal que não se reverte em investimentos nas rodovias do Estado e, novamente, quem paga a conta é o usuário. Isso sem contar na elevação do preço do

frete, o que encarece ainda mais os insumos e matérias-primas da construção civil já afetados com os efeitos colaterais da pandemia. É hora de unirmos em uma só voz e mostrar a força que temos. Este momento é histórico: pela primeira vez na história, a região Oeste mostra a sua força. Teremos orgulho em dizer aos nossos filhos e netos que participamos deste importante momento da história. Lembre-se: a gratidão é a única dívida que não prescreve!

Sobre a pandemia, também temos trabalhando intensamente para fazer nossa parte e evitar efeitos colaterais para a economia ainda mais danosos do que os já enfrentados. Estamos desenvolvendo uma ação conjunta com G8, Codesc e Prefeitura para viabilizar a compra de vacinas para imunizarmos nossa força de trabalho. O plano é a compra mínima de 100.000 doses, suficientes para vacinar os trabalhadores de carteira assinada de Cascavel.

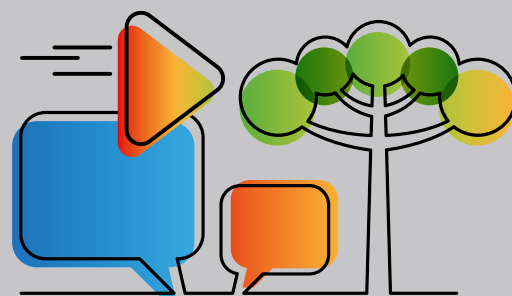


Presidente Ricardo Lora



# AS ENGENHARIAS, AGRONOMIA E GEOCIÊNCIAS FALAM, A SOCIEDADE ESCUTA, E UM FUTURO MELHOR ACONTECE.

A Agenda Parlamentar do CREA-PR traz uma série de cadernos técnicos que descrevem a visão e orientação das engenharias, agronomia e geociências em 4 eixos essenciais para o desenvolvimento da sociedade. Apresentada a prefeitos e candidatos de 40 municípios, a Agenda Parlamentar é um guia valioso para orientar nossos gestores públicos e ajudar a construir um futuro melhor para todos os paranaenses.



AGENDA PARLAMENTAR  
**EM AÇÃO**  
CREA-PR



APONTE A CÂMERA E ACESSE  
A AGENDA PARLAMENTAR:



**CREA-PR**

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## INDICADORES

**CUB - SINDUSCON PARANÁ OESTE**

ANO	MÊS	INDICES	MÊS	ANO	12 MESES
2020	DEZ	1758,75	1,46	9,48	9,48
2021	JAN	1782,32	1,34	1,34	10,63
2021	FEV	1791,51	0,52	1,86	10,96

**CUB - SINDUSCON PARANÁ**

ANO	MÊS	INDICES	MÊS	ANO	12 MESES
2020	DEZ	1720,00	1,40	7,94	7,94
2021	JAN	1739,03	1,11	1,11	8,61
2021	FEV	1748,44	0,54	1,65	9,05

Obs: \*CUB Calculado pela Norma 12.721/2006

**CUB - SINDUSCON PARANÁ OESTE - DESONERADO**

ANO	MÊS	INDICES	MÊS	ANO	12 MESES
2020	DEZ	1660,39	1,55	9,93	9,93
2021	JAN	1683,97	1,42	1,42	11,17
2021	FEV	1693,15	0,55	1,97	11,52

**CUB - SINDUSCON PARANÁ - DESONERADO**

ANO	MÊS	INDICES	MÊS	ANO	12 MESES
2020	DEZ	1595,81	1,51	8,48	8,48
2021	JAN	1614,84	1,19	1,19	9,34
2021	FEV	1624,25	0,58	1,78	9,80

**INDICE NACIONAL DE CUSTO DA CONSTRUÇÃO - INCC**

ANO	MÊS	INDICES	MÊS	ANO	12 MESES
2020	OUT	845,268	0,70	8,81	8,81
2021	NOV	852,809	0,89	0,89	9,37
2021	DEZ	868,929	1,90	2,80	11,07

**IGPM**

ANO	MÊS	INDICES	MÊS	ANO	12 MESES
2020	DEZ	934,758	0,96	23,14	23,14
2021	JAN	958,844	2,58	2,58	25,71
2021	FEV	983,063	2,53	5,17	28,94

# .AGENDA

Todas as datas serão confirmadas com antecedência devido à atual situação de pandemia da covid-19.

## ABRIL/2021

06/04/2021	Reunião FUNDATEC - Cascavel
07/04/2021	Reunião Comitê - COINFRA - Cascavel
08/04/2021	Reunião Comitê - CODESB - Cascavel
12/04/2021	Reunião Diretoria Executiva/Coordenadores - Cascavel
13/04/2021	Reunião Comitê - COMAT - Cascavel
15/04/2021	Reunião Comitê - CRS - Cascavel
16/04/2021	Treinamento Admissional Coletivo - Cascavel
17/04/2021	Treinamento Admissional Coletivo - Medianeira
26/04/2021	Reunião Diretoria Executiva/Associados - Foz do Iguaçu
28/04/2021	Reunião Comitê - CPRT - Cascavel
30/04/2021	Treinamento Periódico Coletivo - Cascavel

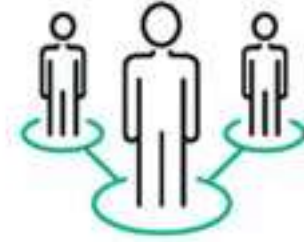
## MAIO/2021

10/05/2021	Reunião Diretoria Executiva/Coordenadores - Cascavel
14/05/2021	Treinamento Admissional Coletivo - Cascavel
14/05/2021	Treinamento Admissional Coletivo - Foz do Iguaçu
20/05/2021	Reunião Comitê - CII - Cascavel
21/05/2021	Treinamento Periódico Coletivo - Medianeira
24/05/2021	Reunião Diretoria Executiva/Associados - Cascavel
27/05/2021	Reunião Comitê - CMA - Cascavel

## JUNHO/2021

07/06/2021	Reunião Comitês - COINFRA - Cascavel
08/06/2021	Reunião Comitês - Cascavel
10/06/2021	Reunião Comitê - CODESB - Cascavel
11/06/2021	Treinamento Admissional Coletivo - Cascavel
11/06/2021	Treinamento Admissional Coletivo - Toledo
14/06/2021	Reunião Diretoria Executiva/Coordenadores - Cascavel
17/06/2021	Reunião Comitês - COMAT - Cascavel
23/06/2021	Reunião Comitês - CPRT - Cascavel
25/06/2021	Treinamento Periódico Coletivo - Cascavel
28/06/2021	Reunião Diretoria Executiva/Associados - Cascavel
30/06/2021	Reunião FUNDATEC - Cascavel

## .AS LIÇÕES QUE A PANDEMIA TROUXE



Ainda que a pandemia do novo coronavírus, tudo indica, não tenha sido um fato passageiro e seus números ainda apontem que a enfermidade ainda persiste, mesmo com a chegada da vacina, o assunto já é tratado com mais maturidade do que nos primeiros meses de surgimento a covid 19.

Hoje, é possível afirmar de forma categórica que empresas, colaboradores, fornecedores e demais setores da cadeia produtiva da construção civil sabem lidar melhor com o assunto, muitos já convivem com a ideia da superação, da disciplina e da resiliência em torno do tema. E boa parte passou a entender, de fato, o que realmente é importante neste momento de crise, já que a doença “pegou parelho” e não poupou ricos e pobres, jovens e idosos, homens e mulheres. Muitos, sequer, tiveram a oportunidade de se despedir dos familiares e amigos.

Na construção civil, não é diferente: antigos hábitos foram abandonados, como rodas de conversa, compartilhamento de itens pessoais e, eventualmente, o descaso em torno de hábitos de higiene e distanciamento social. O cenário hoje é outro. O distanciamento obrigou a reflexão das pessoas sobre a responsabilidade por si próprias, por dar prioridade ao que realmente se mostra necessário e por um novo normal onde não há espaço para antigos

hábitos e onde reina a individualidade de ações, mas a coletividade de pensamentos.

Mas nem tudo é notícia ruim. A pandemia trouxe benefícios à construção civil na região oeste do Paraná, que não parou nem um minuto de exercer as suas atividades, diferentemente de outros setores da economia. No setor da indústria imobiliária, por exemplo, aumentaram as vendas virtuais de imóveis, especialmente através das redes sociais, como Facebook e Instagram; e a noção de desperdício aumentou por conta do aumento do preço de insumos e redução da oferta de matéria-prima em casa, muita gente aumentou a quantidade de tarefas domésticas e acabou percebendo coisas que antes não eram percebidas. O resultado foi satisfatório para o segmento de obras e vendas de materiais de construção: aumentou consideravelmente a quantidade de reformas, ampliações e limpeza de terrenos, através do exercício da paciência, da reflexão e do autoconhecimento.

Nesta edição de Construção Oeste, conversamos com alguns associados do Sinduscon Paraná Oeste para ouvir deles quais foram as lições que a pandemia trouxe. Acompanhe:

### DEPOIMENTOS



“A frustração da pandemia se transformou em uma oportunidade de fazer algo diferente e acelerar o que nós já planejávamos. Tivemos que acelerar os meios de comunicação digital, sermos mais organizados com canteiros de obra e processos internos, aumentamos a nossa capacidade de adaptação, melhoria na plataforma de apresentação de produtos, treinamentos por meio digital, ganho de tempo e recursos uma vez que você não precisa mais se deslocar.”

*Flávio Nastas – Diretor da Nastas Engenharia - Cascavel*

“A pandemia nos obrigou a ser uma empresa mais ágil, demandando uma tomada de decisão e uma atitude muito mais rápida do que antes. Também nos mostrou várias fragilidades do nosso negócio, mostrando oportunidades e caminhos por onde evoluir. Do ponto de vista de negócio em si, nos mostrou a importância fundamental da diversificação de negócios, nos possibilitando ser uma empresa mais resiliente. Do ponto de vista de pessoas, nos mostrou que muitas funções podem ser feitas à distância e nos otimizou tempo e custos com viagens e reuniões.”

*João Luiz Felix Filho – Diretor da Jota Ele Construções Civis - Cascavel*







“A pandemia, no meu ponto de vista, foi muito politizada. Muito de nós fomos amedrontados em todos os sentidos, pois tivemos várias informações que se contradiziam, portanto isso deve servir de lição a nós na área da construção civil. Agora, vendo a pandemia com mais transparência, a mesma nos trouxe na nossa área de atuação, que devemos ser mais responsáveis com nosso colega de trabalho, quanto a higiene pessoal, a qual nem sempre tem os devidos cuidados em nossos canteiros de obras.”

*Elói Eckstein – Diretor da Baseforma Engenharia - Marechal Cândido Rondon*

“O novo coronavírus trouxe muitos desafios ao mundo, e também à construção civil, muita falta de material e insumos básicos, o que torna muito difícil manter o andamento da obra. Os aumentos de preços, devido à falta de oferta de material, também são um problema que aos poucos o mercado terá que absorver, é uma nova realidade! Mas a construção civil é um setor estratégico da economia e que gera milhares de empregos, impacta diretamente em vários segmentos, fazendo girar a economia, e terá papel essencial na retomada econômica brasileira.”

*Eduardo Merano – Diretor da Construtora Merano - Toledo*



“Quando iniciou a pandemia, um ano atrás, tivemos apenas duas obras em outros municípios, que ficaram paralisadas por 10 dias ou mais devido a decretos municipais, e também devido as nossas obras serem mais horizontais. Tivemos muito poucos afastamentos de funcionários devido à doença e, por precaução, afastamos os de mais de 60 anos, que geralmente são os que produzem mais. Durante todo esse período de pandemia, por incrível que pareça, agora neste ano de 2021 é que estamos sentindo mais o problema de perto, com funcionários da administração sendo contaminados pelo vírus e/ou seus familiares. Isso tem nos causado um pouco de transtorno, porém, a maioria deles está trabalhando remotamente, e isso foi um grande aprendizado, que o colaborador administrativo pode desenvolver muito bem suas funções em outro local, isso tudo devido a investimentos que fizemos no passado em sistemas de informação e arquivo de dados. Porém, vimos que nossa capacidade de se reinventar e de nos acostumar a novos hábitos de trabalho e de convivência social é muito grande e rápida. Nossos colaboradores foram muitos prestativos e conscientes com o problema, principalmente os de canteiros de obra, onde sabemos que o desgaste físico é grande e ainda eles mantiveram e mantêm a disciplina de trabalharem usando máscara, mantendo o distanciamento e principalmente não compartilhando ferramentas. Aprendemos também que podemos colocar o “pé no freio”. A ânsia cada vez maior por obras em curto prazo de execução, principalmente implantada nas obras públicas, foi vencida por um vírus, e podemos observar que o curto prazo para execução dos trabalhos não é o mais importante, e sim a saúde do trabalhador e seus familiares em primeiro lugar. O prejuízo num atraso de obra não é maior e nunca será do que a falta permanente de um colaborador, seja num canteiro de obras ou na administração da empresa.”

*Marco Guilherme – Diretor da Construtora Guilherme - Cascavel*

## "A ENGENHARIA É MOVIDA POR DESAFIOS"

*Ao defender uma maior integração entre a engenharia e a indústria da construção civil, o presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura), Joel Krüger, destaca, nesta entrevista exclusiva à revista Construção Oeste, a importância da plataforma BIM e de tecnologias relacionadas ao universo da indústria 4.0. Ele fala também de privatizações, os desafios da Resolução n. 64/2020, o papel da engenharia no processo de recuperação da economia, o desafio que os novos profissionais encaram ao sair dos bancos escolares e outros assuntos.*



Joel Krüger

### O que representa para o Paraná ter um representante na mais alta instituição que representa a engenharia brasileira?

Ter um representante do Paraná na mais alta função de uma instituição, com a credibilidade e capilaridade que esta detém junto à sociedade brasileira, representa sobretudo a confiança e o êxito que as gestões do Crea Paraná vêm tendo, e o desafio de inspiradas nelas, realizar um trabalho que se estenda a todos os demais Crea. O Paraná promove sua representatividade em diversas frentes, a exemplo de outros estados do País. Acredito que, no caso específico do Sistema Confea/Crea, esta seja uma consequência natural de uma atuação que está relacionada a outras tantas áreas, identificadas com a Engenharia, a Agronomia e as Geociências. Cabe-nos frisar que hoje essa representatividade é uma realidade comum a outros estados, que naturalmente também vêm construindo seu posicionamento nos mais diversos contextos da produtividade do país. Acredito que, ao nos conduzir para este segundo mandato à frente do Confea, os profissionais do país confirmaram a confiança em um modelo de gestão que, naturalmente, contempla uma cultura administrativa focada na excelência técnica, que reflete também algumas características da própria cultura paranaense, embora isso também reúna elementos comuns às experiências de diversos outros estados.

### Como o Sistema Confea/Crea e Mútua enxerga o momento de renegociação de contratos de rodovias e a postura do governo federal em exigir outorga em concessões federais?

Em conjunto com entidades como a CBIC, temos atuado bastante junto ao Congresso Nacional para valorizar as nossas

profissões, os profissionais e as nossas empresas de engenharia para retirar o sistema profissional do patamar operacional com o objetivo de que a gente possa estabelecer as grandes políticas públicas de interesse do país. Nesse sentido estão as obras de infraestrutura rodoviária, que estarão sendo conduzidas agora pelo novo marco licitatório, por coincidência, aprovado no Dia do Engenheiro, quando participamos de um debate que marcou o encerramento do 92º Encontro Nacional da Indústria da Construção – Enic. Com o tema “Valorização da Engenharia no Brasil”, esse momento demonstrou a abertura do setor da engenharia para o debate em torno dessa questão. Na ocasião, o presidente da Comissão de Infraestrutura Coinfra, eng. civ. Carlos Eduardo Lima Jorge, lembrou a aprovação da Resolução 1116/2019 que sintetizou todo o debate encampado junto à Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e do Desenvolvimento Nacional para tentar evitar que o pregão continuasse sendo utilizado para as obras e serviços de engenharia. Agora, teremos o chamado “modo aberto de licitação”, o que muda muito pouco em torno dessa realidade, infelizmente. É aqui na resposta a esse questionamento sobre o reequilíbrio de contratos eu me amparo no depoimento do especialista da CBIC: nem mesmo diante de aumentos imprevisíveis na ordem de 70% no custo de materiais como cimento e aço, verificados durante esta pandemia, a administração pública, incluindo os órgãos de controle, mostram-se sensibilizados a cumprir o que a lei determina. Como disse o Carlos Eduardo, é preciso respeito à engenharia. Estaremos cobrando esse respeito.

**De que forma o Sr. observa a engenharia do futuro? Quais as fronteiras a serem rompidas? Estamos preparados para competir em pé de igualdade com outras nações?**

A engenharia do futuro no Brasil depende de uma formação disruptiva, necessidade que nos foi evidenciada durante esse mesmo debate com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC. Ali, o professor Aécio Lira nos apontou uma série de desafios para atualizar os currículos da engenharia civil no país. Essa reflexão demonstra a importância da plataforma BIM e de tecnologias relacionadas ao universo da indústria 4.0, relacionado à internet das coisas e à inteligência artificial. De fato, o desafio é muito grande. Temos que começar a reverter esse distanciamento em relação a países desenvolvidos e temos a oportunidade disso, por meio das mudanças para o modelo de ensino por competência, fruto de um diálogo bastante razoável, mantido ao longo de alguns anos com o Conselho Nacional de Educação. Portanto, o futuro passa pela expectativa da implantação efetiva do Novo Marco do Saneamento, mas também pelo uso de instrumentos de inovação na formação, na avaliação da formação e no dia a dia das empresas e da infraestrutura do país.

**A engenharia vive um momento disruptivo. Vide o lançamento do Licenciamento Urbanístico Integrado e da Resolução n. 64/2020, recém aprovada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM). Como o senhor observa esse movimento?**

Em um primeiro momento, fomos surpreendidos pela medida, que prevê a liberação, em atividades consideradas de baixo risco, dos alvarás de construção e de habite-se, o documento que autoriza o uso e a ocupação de uma edificação. Não houve realmente um diálogo com o governo, ao publicar a resolução, diferente do que houve em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais, como descrevemos há pouco. De pronto, envolvemos os nossos profissionais e lideranças nessa discussão, já que o prazo para ela entrar em vigor era muito restrito, já em primeiro de março. Na sequência, promovemos dois debates com o ministério da Economia, junto ao secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade, Geanluca Lorenzon, que ampliou esse prazo para que o setor da engenharia pudesse participar de uma revisão da proposta. Ao participar da primeira reunião do ano do Colégio de Presidentes (CP), no início de fevereiro, ele apontou a importância da valorização da responsabilidade técnica de profissionais habilitados no processo de licenciamento declaratório, previsto pela resolução. Paralelamente, dada a sua urgência, o tema vem sendo discutido ainda junto às coordenadorias de câmaras especializadas, Colégio de Presidentes dos Creas, Colégio de Entidades Nacionais e comissões do Confea, além de entidades como o próprio Sinduscon Paraná Oeste. Há críticas que julgamos pertinentes e que certamente serão analisadas pelo ministério. Com base em toda essa integração, estamos certos de que nossa contribuição será de grande proveito para a extensão do debate e para o oportuno esclarecimento aos profissionais.

**Como o Sr. observa a interface entre a engenharia e a indústria da construção civil? É possível avançar mais? O combate à informalidade passa por esse processo?**

Por meio do intercâmbio com entidades do setor da construção civil, como os Sinduscons e a CBIC, a engenharia contribui para a realização de projetos de vida de milhões de pessoas em todo o país. Essa integração demonstra uma preocupação ampla com a sociedade. A valorização dessa interface proporciona avanços, nem sempre tangíveis. Para isso, empresas, profissio-



nais e o sistema profissional precisam caminhar lado a lado, incentivando iniciativas e políticas conjuntas, voltadas ao maior impacto social possível. O que depende também de mostrar à sociedade o quanto a engenharia está presente no dia a dia de todos. Daí a importância de valorizar as profissões regulamentadas, de incentivar a fiscalização, de demonstrar o quanto temos atuado, em favor da resiliência cada vez mais necessária e da valorização das nossas conquistas.

**Qual é o papel da engenharia no processo de recuperação da economia?**

A engenharia atua diretamente em todos os setores da economia. Essa é uma constatação cada vez mais natural em nossa sociedade. Essa capilaridade se intensifica diante das alternâncias no poder, demonstrando os impactos das boas medidas e das ações incorretas. Os investimentos dos setores público e privado podem gerar ciclos de desenvolvimento, o que se torna cada vez mais raro, infelizmente, porque tais iniciativas ficam à mercê de pretensões políticas de governo que raramente passam por um efetivo debate com a sociedade, conforme já tratamos anteriormente. A capacidade de exercitar o planejamento, com base no conhecimento e nas práticas da engenharia, é uma característica das políticas de Estado e que não encontramos hoje no país.

**O governo federal tem dado sinais indicativos de que pretende levar a cabo o processo de privatização de empresas estatais, como Eletrobrás, Petrobras e Furnas. Qual é a sua opinião a respeito?**

A sociedade brasileira ainda está sofrendo as consequências de iniciativas que não atentaram para a importância de valorizar as empresas nacionais e a cadeia de conteúdo local. Entendemos que é preciso diálogo, em torno da privatização. Infelizmente, o que se constata é um açodamento nas premissas que indicam a necessidade dessa conduta, em setores estratégicos. O que não leva em consideração essas consequências, nem o verdadeiro potencial representado por essas áreas. O Confea já marcou seu posicionamento contrário à privatização do setor energético. Entendemos que esse patrimônio, construído ao longo de décadas, é responsável pelo desenvolvimento do país, o que pode ser ampliado ainda mais. Nos últimos anos, a cadeia do conteúdo local se esfacelou, representando prejuízos contínuos em investimentos estruturais e humanos já processados. Claro que isso representa prejuízo para a formação e a atuação dos profissionais das áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. Até mesmo o agronegócio atua em diálogo com essas

## ENTREVISTA COM JOEL KRÜGER - PRESIDENTE DO CONFEA

estruturas, seja na definição de preços compatíveis ou na promoção de projetos de pesquisa que se relacionam com aspectos estratégicos como um desenvolvimento sustentável que leve em consideração as mudanças climáticas, cada vez mais evidentes. Estamos cientes dos desafios éticos enfrentados por empresas e pelo setor público. No entanto, a ideologização dessa discussão apenas prejudica o desenvolvimento do país. As prioridades devem ser a defesa e propagação do conhecimento.

### Como o Sr. encara o desafio de fortalecer e valorizar as profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea e Mútua?

É um desafio dos mais estimulantes, e que já faz parte da nossa rotina ao longo das últimas décadas. E, claro, uma grande responsabilidade. Somos um sistema multiprofissional, em que, ocasionalmente, há alguns atritos, que tentamos superar. Não é um processo fácil, o que pode frustrar os profissionais. Por isso, incentivamos sempre a maior participação dos profissionais junto às atividades do Sistema, para que eles conheçam até onde podemos ir e para buscar alcançar as missões fundamentais do Sistema. Temos procurado valorizar as participações no Congresso Nacional de Profissionais (CNP), das câmaras especializadas e de outros fóruns como o Colégio de Entidades Nacionais (Cden) e o Colégio de Entidades Regionais (Cder), o que nos aproxima dos profissionais. Um ponto que acho interessante destacar é a importância de que essa valorização caminhe paralelamente ao incentivo à participação feminina em nosso sistema profissional, uma preocupação que tem sensibi-

lizado grande parte dos Regionais. Outro ponto que estamos debatendo junto ao Congresso é o projeto de Lei 617/2019 que permite transferir recursos para as Entidades de Classe com o objetivo de fortalecê-las e nesse sentido, promover ações em favor da melhoria contínua na formação dos profissionais. A participação de todos junto às instâncias decisivas para a defesa das nossas profissões nos fortalece enquanto conselho profissional e enquanto profissionais. Articular essa atuação com mais agilidade e com mais inovação será uma preocupação permanente ao longo desses últimos anos à frente do Confea.

### Qual o recado o Sr. dá para o engenheiro (a) em início de carreira? Ainda vale a pena investir na qualificação profissional?

Sem dúvida, vale bastante. A engenharia é movida por desafios. Exige dedicação e resiliência para valorizar um desempenho característico de todos os momentos da formação profissional, que deveria ser marcada pela atenção não só aos ensinamentos acadêmicos, mas também à formação extracurricular, principalmente diante da disponibilidade oferecida pela internet. Além disso, os profissionais precisam estar atentos também aos aspectos da vivência profissional. Uma coisa caminha lado a lado com a outra. A formação profissional contínua deve ser uma preocupação constante, embora ainda tenhamos limitações na formação, em relação a métodos e tecnologias. O recado vai no sentido de ressaltar que o profissional precisa desenvolver a sua qualificação e, se possível, também, buscar participar das decisões do sistema profissional.

## QUEM É?

Joel Krüger nasceu em Curitiba, onde se graduou em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e especialista em Gestão Técnica do Meio Urbano pela Université de Technologie de Compiègne e em Didática no Ensino Superior (PUC-PR). É professor da Escola Politécnica da PUC-PR há 35 anos, onde coordenou o Curso de Engenharia Civil da instituição por vários anos. Atualmente, ministra as disciplinas de Rodovias e Engenharia Legal. Iniciou sua trajetória no Sistema Confea/Crea/Mútua

como conselheiro titular do Crea-PR (2005 e 2010) e diretor-tesoureiro (2006 a 2010). Em 2011, foi eleito presidente do Crea-PR, cargo que ocupou por dois mandatos consecutivos (2012-2017). Em 2017, foi eleito para a presidência do Confea (2018-2020) com base em um programa de amplas mudanças apoiado pela grande maioria dos profissionais. Joel Krüger é associado ao Senge-PR, IEP, Abenc-PR, Mútua e Abenge. Foi fundador e primeiro presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Prefeitura Municipal de Curitiba, Autarquias e Empresas Coligadas (Assengea). É membro honorário e sócio benemérito de diversas entidades de classe de todo o país.



# NOSSO MAIOR PRÊMIO É ALCANÇAR A SUA ALDEIA



**aldea**

Somos 28 prêmios.

No impresso, nas ruas e no digital.

Leia mais no GoRead.

A maior e mais premiada revista do Paraná.

Assine já!

# .VILA A FOZ DO IGUAÇU TERÁ PRIMEIRO BAIRRO INTELIGENTE DO BRASIL



Localizada em Foz do Iguaçu, a Vila A será o primeiro bairro inteligente do País. No Vila A, serão demonstradas e testadas soluções e intervenções tecnológicas que poderão ser monitoradas por meio de aplicativos customizados que permitem, inclusive, comunicação direta com os moradores.

O projeto Vila A Inteligente faz parte de um convênio firmado entre Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Parque Tecnológico Itaipu (PTI), Itaipu Binacional e Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Segundo o presidente da ABDI, Igor Calvet, o convênio envolve tecnologias nas áreas de segurança pública, mobilidade urbana e iluminação pública. “As tecnologias integrarão cidadãos e instituições. Segurança e inteligência artificial serão áreas muito beneficiadas. A ABDI tem procurado popularizar tecnologias nos setores econômicos e para a população. Espero que esse projeto traga logo muitos resultados para o município de Foz do Iguaçu”, disse Calvet.

## PRIMEIRA FASE

Os primeiros semáforos inteligentes no bairro já foram instalados, além de câmeras de reconhecimento facial e iluminação pública inteligente – com telegestão e regulação da intensidade de brilho. Algumas das luminárias inteligentes têm, inclusive, câmeras de reconhecimento facial. O Centro de Comando e Controle já está operando, informa o assessor especial da presidência da ABDI, Tiago Faierstein.

Segundo Faierstein, a segunda fase do projeto, que está em pleno andamento, consiste na instalação de pontos de ônibus inteligentes (com telas de LED mostrando os horários, ponto de carga de celular e acessibilidade para cadeirantes) e de um aplicativo (APP) para que o cidadão possa interagir com todas as tecnologias disponíveis (inclusive com botão de pânico). Está prevista também a implantação de tecnologias que permitem o monitoramento de placas de veículos.

O bairro inteligente contará com quatro pontos de ônibus; quatro cruzamentos semaforizados inteligentes; 105 luminárias inteligentes; 120 câmeras de reconhecimento facial; cinco câmeras de reconhecimento de placas; cinco pontos de wi-fi gratuito e um centro de controle operacional com videowall (vários vídeos dispostos de forma conjunta). Está previsto ainda o desenvolvimento de um software.

## SANDBOX

A Vila A funcionará “de acordo com o conceito de sandbox - um ambiente específico para testes de tecnologias inovadoras”, conforme prevê decreto publicado pela Prefeitura de Foz do Iguaçu, que regulamentou a instituição de ambientes experimentais de inovação científica, tecnológica e empreendedora no município, sob o formato de bancos de testes regulatórios.

Usado na área de tecnologia da informação, o termo sandbox corresponde a “ambiente isolado, específico para testes de uma aplicação, sem impacto em outras aplicações que estejam rodando no sistema”. Trata-se de uma espécie de “teste regulatório” que oferece a empresas inovadoras a possibilidade de operação, em condições e prazos determinados. Após o teste, os resultados e riscos são avaliados. O bairro receberá ainda startups e empresas, por meio de editais públicos, para teste e desenvolvimento de tecnologias, “estimulando o empreendedorismo inovador”.

## PARTICIPAÇÃO POPULAR

“O futuro começa a ser lançado, com integração tecnológica e capacidade de desenvolvimento de startups”, afirma o prefeito de Foz do Iguaçu, Chico Brasileiro. “E poderemos testar, em ambiente urbano, a efetividade dessas tecnologias”, complementa o diretor-superintendente do Parque Tecnológico de Itaipu, Eduardo Garrido. Uma das características do projeto é possibilitar a participação das pessoas, no sentido de fazer sugestões para o aperfeiçoamento das tecnologias. A grande ação da cidade inteligente é integrar coisas que existem e os cidadãos poderão contribuir com indicações para melhorar esse processo.



## .NAS ALTURAS TOLEDO CONSOLIDA EXPANSÃO VERTICAL

Há alguns anos, o que se pode ver é o exponencial crescimento vertical da cidade de Toledo. De longe, especialmente nos bairros mais próximos do principal cartão postal da Cidade, o Lago Municipal Diva Paim Barth, e especialmente na Rua Santos Dumont, considerada, respeitadas as proporções, a “Avenida Paulista” de Toledo, é possível observar o crescimento vertical, com inúmeros prédios e espigões, alguns com mais de 30 pavimentos, dando um colorido todo especial à cidade e modificando o cenário da área.

O corretor de imóveis Paulo Leonardi, especialista em vendas de imóveis na planta, especialmente apartamentos, relata que o boom de novos prédios é impressionante. “Não há crise no segmento de novas edificações. O surgimento de novos canteiros de obras é visível, bem como o lançamento e novos empreendimentos, a maior parte deles imóveis de alto padrão”, destaca.

Entre eles, sobressai o Edifício Amaranato, com 32 andares, atualmente o prédio mais alto da região Oeste do Paraná, em fase de acabamento. Outros prédios altos também se destacam na paisagem, como o Edifício P50, que no momento está na fase de fundação e, quando pronto, terá 20 pavimentos, o Aliança, que já está pronto e tem 20 pisos e, ainda, maior que estes é o Edifício Bela Vista, que terá, quando pronto, 22 andares.

Soma-se a essas obras torres gêmeas com 14 andares, o Edifício Evolution Business, com 17 pavimentos; o Edifício Acqua, com 15 pavimentos; o Edifício Metrópolis, com 15 pavimentos; o Urban, com 15 pavimentos e o Edifício Studio 64, com 12 pavimentos. “Em uma conta básica, existem uns 20 prédios de 15 ou mais andares com obras em andamento”, destaca. Outros prédios, não tão altos nas dimensões, estão sendo comercializados com valores, literalmente, nas alturas.





Rainer Zielasko

## “JANELAS DE OPORTUNIDADES SE ABREM OU SE FECHAM”

### ENTREVISTA COM PRESIDENTE DO PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO, RAINER ZIELASKO

*Terceiro presidente do POD (Programa Oeste em Desenvolvimento), Rainer Zielasko é o primeiro industrial a assumir tal atribuição: seus antecessores vieram do setor de serviços: Mário Costenaro e Danilo Vandrúscolo. A visão do setor primário lhe permite enxergar de forma ainda mais relevante a importância de entidades que defendem a indústria, como o Sinduscon Paraná Oeste. Nesta entrevista a Construção Oeste, Rainer Zielasko fala sobre os gargalos logísticos regionais, estratégias de desenvolvimento, caminhos do pós-pandemia e outros assuntos relevantes.*

#### Qual é o papel do POD no processo de renovação das concessões de pedágio no Paraná?

O Programa Oeste em Desenvolvimento tem dentro das suas premissas a sustentabilidade do desenvolvimento regional, o pedágio é umas das grandes variáveis dessa equação, se a região não conseguir Logística adequada, competitiva estará com sérios problemas.

#### Como a Construção civil pode colaborar nas ações executadas pelo POD?

Dentro da temática pedágio, o Sinduscon tem a capacidade de fazer avaliações sobre o capítulo obras, sentimos que as cargas de investimentos dentro do modelo proposto são de grande impacto e que a falta de clareza do valor e cronologia das obras nos eixos de produção nos deixam de certa forma cegos. O Sinduscon é também em âmbito geral, não só ligado ao tema pedágio, um sindicato consolidado e regional, com grande força de atuação e de ações resolutivas, a região é carente em propostas que tragam desburocratização e melhor eficiência na busca por projetos aos municípios.

#### Quais são as obras estruturantes que tornarão a região Oeste do Paraná mais competitivas nos cenários estadual e nacional? E como as empresas da construção civil, especialmente as de médio e pequeno portes, podem colaborar neste processo?

Equipamentos públicos que potencializam o desenvolvimento são necessários e prioritários, exemplo o Aeroporto de Cascavel e outras obras vistas como investimentos que impulsionam a geração de empregos e renda, a construção civil tam-



bém é uma ferramenta de geração de empregos, ela é o primeiro gatilho nesse quesito com uma mão de obra imediata e não tão necessária de qualificação especializada, a região deve olhar as possibilidades de captação de recursos a obras, sempre observando essas premissas.

**Quais são os principais desafios estratégicos do POD e como as entidades da sociedade organizada regional podem colaborar para tirá-los do papel?**

Além do pedágio, o POD, criado em 2014, tem como objetivo central desenvolver o crescimento do Oeste do Estado. Os desafios enfrentados pelo território sempre estiveram no centro das ações do Programa. De 2020 para cá trabalhamos em ações direcionadas em sete áreas prioritárias com ações específicas por entender diretamente gargalos da região, sendo elas a Sanidade Agropecuária, Infraestrutura e Logística, Plano Energético do Oeste, Sistema Regional de Inovação (SRI), Educação, Sustentabilidade Ambiental e Pequenos Negócios. Além destas áreas, o POD sempre está atendo às necessidades e demandas que colaborem com o crescimento do Oeste, pois essa é a essência e o norte de trabalho desenvolvido pelo Programa”, enfatizou.

**Como induzir o desenvolvimento a cidades de menor porte, que convivem há décadas com o êxodo para cidades de maior porte? São aglomerações urbanas fadadas à extinção?**

Temos um grande paradigma sobre aglomerações urbanas, a busca por oportunidades por si só já é um atrativo aos grandes centros ou cidades mais populosas, em especial nossa região temos uma distribuição de riquezas e oportunidades distinta de outras regiões com que faça que o êxodo seja menos intenso, porém se percebe que o pós-covid pode acelerar essa situação, havendo uma acentuada migração atrás de oportunidades. A busca por investimentos e equidade a incentivos nessas cidades é um tema antigo e necessário. Tratar os que precisam de um olhar atento para que esse problema não seja agravado é uma pauta permanente. Se existe uma tendência de migração para os grandes centros, um pedágio caro que afeta o custo de produção, tornando a região menos competitiva, pode agravar de forma contundente. O POD e as entidades que o apoiam lutam também para criar um sistema de cobrança de ICMS do Estado em que a carga tributária se torne decrescente para o interior, uma forma de incentivar o desenvolvimento de todo o Estado.

**Qual é o momento das grandes e históricas bandeiras de luta regionais, como o Aeroporto Regional, os ramais da Ferroeste e outros?**

Estamos a décadas vivendo nossas bandeiras de lutas regionais, o que sentimos que em certos momentos janelas de oportunidades de abrem ou se fecham, no caso do pedágio essa janela é de 30 em 30 anos e agora estamos em pleno debate, ocupar esse espaço de forma ética e institucional é nossa obrigação, pecar por omissão levará nossas futuras gerações a uma



região sem condições adequadas para ser o que sonhamos para ela, não nos cabe o segundo plano precisamos ter sempre as melhores intenções e posições pois sabemos do nosso potencial, mas também das nossas dificuldades logísticas e de atenção dos governos, estar longe nos dificulta em atenção e inversão de investimentos por isso precisamos ser mais fortes e unidos, “quando os de dentro brigam os de fora nos comem”, saber que temos uma missão em convergir nas grandes causas inclusive minimizam as brigas caseiras, que nunca deixarão de existir e são as que mais prejudicam a visão regional mais ampla.

**Qual é a posição do POD sobre a Estrada do Colono? É favorável ou contra? Enxerga nela algum potencial estratégico, econômico ou turístico?**

A Estrada do Colono é uma pauta antiga e que prejudicou várias cidades ao longo do tempo, hoje é muito perceptível o potencial turístico que uma estrada parque traria a região e de forma sustentável, qualquer pauta que traga essas premissas são fundamentais a economia regional, assim sendo o POD leva total apoio e soma nessa construção que deve superar ideologias que mostraram ineficazes ao longo do tempo, a região produz e é a principal interessada na preservação, na convivência sustentável da comunidade e o parque.

**Iniciativas como o Biopark, de Toledo, iniciativa privada bancada pela visão futurística de um empresário empreendedor, podem encontrar paralelos ou ecos na iniciativa pública?**

O Biopark, pela característica citada é muito ágil e focado, dificilmente o poder público terá a mesma configuração de ob-

jetivo e capacidade de investimento. O que precisamos é perceber que o poder público tem um papel de facilitar e incentivar a iniciativa privada nesse caminho da inovação porém ele não vai fazer o papel do empreendedor, que corre os riscos e paga pelos acertos e erros, o Biopark é a própria iniciativa privada fazendo dois propósitos, de incentivar a cadeia inovadora e ao mesmo tempo é um player da inovação, o poder público deve se somar a iniciativas como essas na potencialização da cadeia de inovadores e incentivos ao setor.

### Qual é a importância do cooperativismo do agronegócio no contexto do desenvolvimento regional?

A região de características agrícolas e de relação do valor peso x produto baixa é de fundamental dependência das agroindústrias que trazem valor agregado a nossas commodities. A agroindústria, por sua vez, não necessariamente vem do

cooperativismo. Porém, quando o é, tem uma função de distribuição de renda muito mais efetiva, não só gerando soluções ao pequeno produtor, mas tratando ele de forma diferente daquele que possivelmente iria só adquirir sua produção, levando-o novamente ao mercado tabelado mundialmente. O cooperativismo também traz um equilíbrio na cadeia produtiva nos ciclos de altas e baixas das commodities, preservando fluxos financeiros positivos ou negativos ao produtor, deixando-o menos vulnerável a essas sazonalidades. Em suma, o mercado regional agradece essas cooperativas, grandes estruturas geradoras de emprego e que reverterem seus esforços a geração e distribuição de valor agregado aos nossos produtores rurais. O POD é defensor de um importante tripé composto pelo cooperativismo, associativismo e empreendedorismo. O cooperativismo, tanto de crédito como de produção, tem forte influência no Oeste do Paraná e a sociedade organizada, através do associativismo, cria melhores condições para os empreendedores que queiram aqui se instalar.

### QUEM É?

Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), é pós-graduado em Administração Rural pela Unioeste e MBA pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). Entre os anos de 1993 e 1995, foi secretário municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Toledo. Desde 1994 é diretor da Fiasul - Indústria de Fios Ltda, de Toledo. É sócio fundador do Sicoob Meridional, de Toledo (2002), empresa da qual ocupou o cargo de diretor financeiro (2002 a 2008). Foi presidente da Acit (Associação Comercial e Empresarial de Toledo) e da Faciap (2011 a 2014). Atualmente integra os Conselhos de Administração do Sicoob Meridional, do Sebrae-PR e da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil). Também ocupou uma das vice-presidências da CACB, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil.

### O QUE É O POD?

Ação de governança territorial pioneira no Estado, o POD (Programa Oeste em Desenvolvimento) reúne 60 instituições com ação em 54 municípios da região, que juntos somam mais de 1,4 milhão de habitantes. Voltado para o desenvolvimento, para a sustentabilidade e para a promoção da qualidade de vida, o programa é formado pelo setor empresarial, poder público e universidades. Integram a diretoria do POD, como primeiro e segundo vice-presidentes, Elias José Zydek, diretor da Cooperativa Frimesa, e Alci Rotta Junior, representante da Caciopar (Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná).



## ALCOOLISMO, TABAGISMO E DROGAS NO CANTEIRO DE OBRAS: PROBLEMA ANTIGO



Drama antigo verificado nos canteiros de obras, o abuso de substâncias como o álcool, o cigarro e as drogas afeta o desempenho no trabalho e a produtividade de colaboradores da construção civil, além de provocar danos irreparáveis na qualidade de vida das pessoas que abusam destas substâncias, inclusive no ambiente familiar.

E, mesmo que assunto dominante no momento seja a pandemia do novo coronavírus, esse é um tema que merece a atenção permanente de todos os componentes da cadeia produtiva da indústria da construção, por afetar o maior patrimônio de uma empresa: a saúde de seus colaboradores.

Ainda mais em um período cuja fragilidade pulmonar provocada pelo tabagismo e do sistema imunológico provocada pelo consumo de outras substâncias é colocado à prova diante de um vírus de impacto fulminante nos organismos fragilizados e em público-alvos que compõem os grupos de risco à covid-19.

O uso destas substâncias não é apenas uma questão de saúde pública, mas de política de recursos humanos da maioria das empresas do setor da construção civil. Mas, nem todas conseguem erradicar esse problema de forma simplificada, adotando regras de restrição. É preciso fiscalização e, sobretudo, conscientização sobre o risco que causam. “O fumante, por exemplo, causa problemas também para quem não fuma, de forma indireta, pois acaba inalando a fumaça de quem está a seu lado. Além disso, ele contribui para a proliferação da sujeira e para desorganização do canteiro de obras, além de provocar

risco de incêndio e outros problemas. Já aconteceu, inclusive, de bituca de cigarro ser lançada do alto de prédio sobre pessoas, atingindo até carrinhos de bebê”, observa o engenheiro de Segurança do Trabalho Agnaldo Mantovani.

Segundo ele, muitas empresas vêm adotando medidas que são tão ou mais rigorosas que a própria legislação em vigor, que proíbe, terminantemente, o consumo de cigarro em ambientes fechados e não aceita, de forma alguma, a presença de garrafas de aguardente ou outras substâncias nos refeitórios e demais espaços dedicados ao convívio comum. “Diferente de tempos anteriores, a maior parte das empresas não tolera nos dias de hoje qualquer tipo de consumo no canteiro, inclusive alimentos, em ambientes abertos”, destaca.

O alcoolismo é um problema também existente nos canteiros, porém de menor visibilidade. Ocorre que, em determinadas obras, o colaborador chega para trabalhar embriagado. De acordo com as estatísticas e estudos acadêmicos mais recentes, esse problema é maior nos segmentos da pintura e marcenaria. “O álcool é a droga mais consumida no mundo. Estudos nacionais e internacionais demonstram a ocorrência significativa de mortes e doenças associadas ao uso indevido de álcool. Já alcoolismo é considerado o terceiro motivo para o absenteísmo, acidentes no trabalho entre outros. Por outro lado, o uso de maconha, apesar de em uma proporção infinitamente menor, também se faz presente em determinadas obras”, diz Agnaldo.

No momento, Agnaldo Mantovani está fazendo um levantamento minucioso sobre o assunto, buscando saber quais empresas permitem o consumo de cigarros; quais empresas que não permitem, mas os colaboradores fumam do mesmo jeito e quais empresas não permitem e os colaboradores não fumam. “São situações distintas. No primeiro caso, discordamos do ato administrativo permissionário e mostramos as eventuais consequências. No segundo caso, empresas que não permitem e seus funcionários desobedecem tais restrições, há outro tipo de abordagem, mais voltada à conscientização sobre o respeito à hierarquia e ao cumprimento de regras. O terceiro caso, a proibição total, e o conseqüente obediência, é a situação mais indicada. Há um outro cenário, mais recente: empresas que possuem locais específicos para o consumo do cigarro e horários pré-determinados para que os fumantes exerçam o vício. Algumas empresas até diferenciam o crachá de funcionários fumantes, já que não se trata de uma droga ilícita. Agnaldo relata que já foram registradas, inclusive, algumas situações



## ALCOOLISMO, TABAGISMO E DROGAS NO CANTEIRO DE OBRAS

isoladas de enfrentamento de funcionários contra os sistemas adotados pelas empresas, independentemente de suas políticas de relações trabalhistas”.

Segundo estudos do sistema Sesi/Senai, o alcoolismo é considerado o terceiro motivo para faltas ao trabalho, com elevadas taxas de aposentadoria precoces, acidentes no trabalho e no trânsito. Poucos sabem, mas, há mais de 10 anos, o tratamento para dependentes de nicotina e álcool é oferecido gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nas Unidades Básicas de Saúde e nos Hospitais. O tratamento gratuito consiste nos seguintes passos. No caso do cigarro, o fumante passa por uma espécie de triagem, assiste algumas palestras, recebe a medicação, pastilhas, chicletes e adesivos de nicotina aliados à bupropiona e acompanhamento.

De acordo com o empresário José Luiz Parzianello, ex-presidente do Sinduscon Paraná Oeste e atual presidente do Conselho Superior da Entidade, nos últimos tempos, vem-se notando, no ambiente dos canteiros de obras, um elevado número de trabalhadores com diagnóstico de depressão, o que pode acarretar em problemas ligados ao álcool e ao tabagismo. “É uma situação nova, que pouco ocorria no passado. Por isso, devemos redobrar a atenção aos trabalhadores da construção civil e sua integridade física e emocional. A empresa não pode interferir na vida pessoal do trabalhador, mas pode permanecer atenta a detalhes de seu comportamento, pois influencia nos demais. Um funcionário que mantém hábitos não saudáveis, quanto maior for a hierarquia no canteiro, mais ele influencia os demais. Por isso, temos que permanecer atentos. O momento é de utilizar as ferramentas do Sinduscon Paraná Oeste e discutir esse assunto com a profundidade que merece”.

Segundo Parzianello, tempos atrás, quando era vice-presidente da Fiep (Federação da Indústria do Paraná, foi iniciada uma ofensiva contra estes males com cursos e palestras, por intermédio do Sesi, voltado à orientação e no sentido de despertar a consciência de que estes vícios que prejudicam não somente a pessoa usuária, como também a família do mesmo. “É evidente que houve reflexos na melhora na produtividade e menos acidente em obras. Entendo que precisamos retomar essa ação, diante do grave quadro de depressão que muitas pessoas estão passando, o que leva ao consumo destas substâncias”, diz.



## .PALAVRA DE ESPECIALISTA

*Dr. Italo Belini - Médico generalista do Sistema Sesi/Senai*

### “Todos podemos fazer um pouco”

Tratar de assuntos como alcoolismo e uso de drogas, incluindo o cigarro, é sempre algo complexo e repleto de complicadores, se adicionarmos essa natureza a um campo de obras em que praticamente tudo pode levar a risco físico para saúde, o assunto fica ainda mais importante. O consumo do cigarro na obra é algo muito presente no cotidiano, e de difícil fiscalização. Não é segredo para ninguém os males que o uso de cigarro causa, principalmente os associados a doença pulmonar (por exemplo a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica-DPOC) e também ao surgimento de cânceres diversos, em especial o de pulmão. Até mesmo quem é tabagista conhece esses malefícios, no entanto os releva ou mesmo considera muito mais difícil parar de

fumar do que algum dia ter um diagnóstico desastroso desses. Talvez o que não saibam é que existe tratamento e auxílio muito efetivo para cessar o tabagismo, porém ele precisa ser procurado, e aqui é bem importante o papel do outro, do que assiste todos os dias o Seu Francisco pitando seu maço nas horas de pausa. Nesse ponto, todas as UBS (antigos postinhos de saúde) estão preparadas para uma abordagem de ajuda ao paciente que quer parar de fumar. Sendo assim, por que não tentar não é mesmo? Nisso, todos podemos fazer um pouco.

Geralmente após o expediente, é comum que os colegas de trabalho saiam para beber algo, e os laços criados no trabalho costumam ser bastante importantes para o dia a dia do indivíduo, contudo se tais práticas moderadas começam a se tornar necessidade inevitável, hábito cotidiano, por vezes inclusive fazendo desvio da própria renda do trabalhador para outros fins, isso se torna problemático. Se pensar então nos efeitos do alcoolismo durante o expediente, dentro de um campo de obras, cercado de riscos a todo o momento, o cenário torna-se ainda mais amedrontador. É uma realidade infeliz que alguns temos que presenciar, inclusive o fato de, da mesma forma, alguns jovens profissionais irem adquirindo tais costumes. A quem vivencia tudo isso, uma boa conversa e aconselhamento, uma orientação a buscar ajuda profissional, e uma boa dose de atenção são sempre bem-vindos.

## .CORREDOR BIOCEÂNICO

O Corredor Bioceânico, rota comercial que pretende unir o Porto de Paranaguá ao Porto de Antofagasta, no Chile, estabelecerá uma conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico. A ligação de 2,5 mil quilômetros integra quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, facilitando as exportações do Cone Sul para os países asiáticos pelo Oceano Pacífico. A ideia ganha cada vez mais força e apoio do Sinduscon Paraná Oeste.

“Há um potencial muito grande neste projeto do corredor bioceânico, que permitiria ampliar o comércio entre os países, diminuindo o tempo de transporte em cerca de 30%. Isso aumentaria a eficiência e reduziria custos”, afirma o governador Carlos Massa Ratinho Junior. “O Paraná tem uma ligação muito forte com a Argentina. Esse entendimento comercial é muito importante. O projeto é ambicioso, de longo prazo, e precisa ser construído politicamente entre todas as partes”, completa.

“Enquanto não tivermos uma visão mais ampla sobre desenvolvimento estratégico, seremos sempre o fim da linha. Em primeiro lugar, é necessário expandir os trilhos da Ferroeste para além do trecho Cascavel-Paranaguá. É preciso olhar para o Oceano Pacífico, e alcançar os mercados mais fortes do mundo, como China, Índia e Tigres Asiáticos. Precisamos viabilizar o corredor bioceânico Atlântico-Pacífico, e um dos caminhos que dão início a este processo é através do ramal da Ferroeste até Foz do Iguaçu. Logo em seguida, alcançaremos a Cordilheira dos Andes e aí então o Oceano Pacífico”, destaca o engenheiro civil Ricardo Lora, presidente do Sinduscon Paraná Oeste.

“Nossos produtos poderão alcançar novas fronteiras, o que vai gerar emprego, renda e desenvolvimento. Isso tudo a custos altamente competitivos. Caso não despertemos para essa necessidade o quanto antes, a China, que tem avançado no domínio logístico mundial, fará essa atribuição que deveria ser nossa, mas trará o desenvolvimento para a região da Bolívia, utilizando o caminho de Peabiru e levando o desenvolvimento para aquela região, em detrimento à nossa”, complementa o engenheiro civil Ricardo Parzianello, segundo vice-presidente do Sinduscon Paraná Oeste e coordenador de Comitês da instituição.



f /nutricard

**O CARTÃO QUE  
AJUDA A CONSTRUIR  
A SATISFAÇÃO DA  
SUA EQUIPE, E OS  
RESULTADOS DO  
SEU NEGÓCIO!**



**NutriCARD**  
ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO

45 3038-2255 | [www.nutricard.com.br](http://www.nutricard.com.br)



## .CONCESSÃO DE RODOVIAS

### Novas praças de pedágio refletirão no frete e, consequentemente, na cadeia da construção

O engenheiro civil Ricardo Lora, presidente do Sinduscon Paraná Oeste, entende que o atual modelo em vigor das concessões de pedágio é extremamente prejudicial à população e a modelagem em discussão futura, que vigorará durante os próximos 30 anos, não atende os interesses dos usuários, especialmente para o setor da construção civil. “Se prevalecer a proposta do atual modelo de outorga onerosa, degraus tarifários e modelo híbrido, a região perderá em competitividade e afastará novos investimentos”, relata Ricardo Lora.

De acordo com o engenheiro civil Edson Vasconcelos, vice-presidente da Fiep e ex-presidente do Sinduscon Paraná Oeste, entre os itens de maior impacto que precisam ser revistos estão o leilão através da exigência de outorga, os 40% de degrau tarifário de pista simples para dupla, e a inserção de praças em trechos curtos, como entre Toledo e Cascavel, o que traria transbordos para o setor de transporte, e consequentemente para o frete, e à população. “Da forma que está previsto hoje no documento apresentado, teremos prejuízos, e reforçamos a nossa intenção de contribuir para que seja implantado um modelo justo a todos. Já sofreremos com um modelo vigente o qual explorou demasiadamente o setor produtivo”, destaca Vasconcelos.

Com a nova modelagem, estão previstas 15 novas praças de pedágio, sendo quatro no Oeste, três no Sudoeste, três no No-

roeste, duas no Norte e três no Norte Pioneiro. Quatro das dez praças de pedágio mais caras do Brasil estão no Paraná. Além disso, muitas obras previstas até o final do atual contrato não foram realizadas ou foram suprimidas, como duplicações de rodovias e construção de trevos e contornos.

### Quando as pistas são duplicadas, valor da tarifa aumenta em 32%

A região Oeste já sofre com impactos causados pela aplicação do degrau tarifário nos preços de pedágio. Em um trecho de 51 quilômetros da BR-277, administrado pela EcoCataratas, o valor cobrado para veículos leves tem uma diferença de 32%. Na viagem de Cascavel a Foz do Iguaçu, o motorista paga R\$ 12,90 em Céu Azul para trafegar pela pista simples. No trecho de pista dupla, o valor sobe para R\$ 17 na praça de São Miguel do Iguaçu.

O presidente da Coopavel - Cooperativa Agroindustrial, Dilvo Grolli, afirma que com o degrau tarifário no novo modelo proposto pelo governo federal, o preço do pedágio vai, com os anos, ficar ainda mais caro do que se tem atualmente. “Nas praças de pedágio entre Céu Azul e São Miguel, uma com pista simples outra duplicada, o aumento é de 32%, e o que eles propõem é degrau tarifário de 40% em trechos que vierem a ser duplicados”.

Entre Foz do Iguaçu e Paranaguá, 70% do percurso da BR-277 ainda não tem pista dupla, demonstrando o tamanho da tarifa, em função do degrau tarifário, que pesará nos ombros da economia do Oeste, que está a 750 quilômetros do Porto de Paranaguá. O presidente da Coopavel diz que é contra o degrau tarifário porque há outros caminhos para buscar os recursos necessários a essas obras de aumento de capacidade de tráfego.

## Quatro novas praças de pedágio são previstas no Oeste do Paraná

- BR-467, entre Toledo e Cascavel
- BR-163 entre Mercedes e Guaíra
- BR-272, entre Guaíra e Terra Roxa
- BR-163, em Capitão Leônidas Marques

### Atenta ao novo modelo, engenharia dá sugestões

Por se tratar de um assunto que merece a atenção de todos os paranaenses - já que sua definição impactará em um contrato para os próximos 30 anos e envolve avanços estratégicos para o Paraná - o Crea-PR intensificou ações de posicionamento em relação ao tema, seguindo seu compromisso de valorizar o exercício ético das profissões que representa, priorizando, consequentemente, os princípios de desenvolvimento sustentável, em especial a segurança da população nas cidades e nas rodovias.

Em relação ao novo modelo de concessão de rodovias proposto, a entidade apoia seu posicionamento em cinco pilares, sendo que a questão da outorga é uma das mais relevantes em sua análise.

O Conselho é favorável a um modelo de leilão de concessões que considere a liberação de redução das tarifas propostas, sem limites, desde que a ampliação dos descontos seja associada a um mecanismo de garantia de execução dos contratos, ajustado à redução proposta pelos licitantes, conforme previsto na nova lei de licitações - com garantias adicionais sem prejuízo das garantias exigíveis. As receitas geradas devam ser investidas nos próprios projetos. O modelo de outorga das concessionárias de energia é um bom referencial do que acreditamos para as concessões de rodovias no Paraná, que reverte ganhos de produtivi-



idade em redução da tarifa para os usuários. Para isso, voltamos à relevância do processo transparente, com indicadores de monitoramento da nova concessão.

Além deste ponto, defende a atenção do governo e da sociedade a outros quatro pontos principais: que haja ampla transparência em todo o procedimento da concessão e execução do novo contrato, com efetiva participação da sociedade e abertura para inclusões das contribuições advindas do processo de discussão com a sociedade organizada do Paraná; o cumprimento integral do contrato deve ser um princípio fundamental do novo modelo de concessão; que o novo modelo seja aquele que considere a melhor técnica de execução de projetos, obras e serviços nas rodovias, e que seja o mais vantajoso para a sociedade paranaense; e finalmente que este modelo de concessão tenha profissionais habilitados pelo Crea-PR para as atividades de planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das obras das concessionárias, assim como a fiscalização das atividades técnicas da concessão.



# MATÉRIA-PRIMA

## NOVA ALTA DOS INSUMOS AFETA CANTEIROS DE OBRAS

A área da construção civil vive um momento diferenciado e complexo na região Oeste do Paraná. São muitas obras em andamento, provando que o setor é um grande propulsor do crescimento do País. Por outro lado, esse crescimento esbarra na falta de materiais, escassez e aumento dos insumos. A informação é de Vinícius Lorenzi, engenheiro civil e diretor do Sinduscon Paraná Oeste - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná. “O aumento no preço de insumos gera insegurança, em especial para as vendas já contratadas”, afirma Vinícius.

O índice que mede o movimento dos custos de construções habitacionais, o INCC teve alta histórica, acumulando mais de 8,5% em 2020. Em comparação com a inflação do ano, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o aumento no preço da categoria foi 90% superior ao aplicado nos outros produtos do mercado. Em 2019, o mesmo INCC fechou o ano em 4%.

Mas o aumento pode ter sido ainda maior, conforme apontam outras fontes de pesquisa.

Citando dados da FGV (Fundação Getúlio Vargas), o presidente da Cbic, José Carlos Martins, informa que os preços do material de construção subiram 19,60% no ano passado. De acordo com a entidade, alguns insumos tiveram aumentos acima de 50% no mesmo período. Segundo a Cbic, trata-se da “maior alta” registrada em todo o período pós Plano Real.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou alta de 1,89% em fevereiro/2021, a maior observada desde junho/2016 (1,93%). Neste mês o custo com a mão de obra ficou praticamente estável, com variação de 0,12%. Já o custo com materiais e equipamentos cresceu 4,38%, o que correspondeu



ao maior aumento registrado desde novembro/2002 (4,41%). “Os aumentos têm sido surpreendentes e a consequência disso é muito ruim. Provoca um desequilíbrio nos contratos de obras públicas, nos contratos industriais, nos lançamentos imobiliários que estão previstos para acontecer e nos que já estão em andamento. Em um momento em que é preciso gerar emprego, renda e fazer girar a economia, isso é um perigo” avalia o presidente do Sinduscon Paraná Oeste, engenheiro civil Ricardo Lora.

Segundo Ricardo Lora, outros dados relacionados à alta de insumos também preocupam. É o caso do índice de expectativa de compras de insumos e matérias-primas, que em janeiro chegou a apresentar alta, caiu 1,7 ponto em fevereiro. No entanto, permaneceu em patamar positivo, assim como as expectativas de novos empreendimentos e serviços.

### AÇO

A CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), por exemplo, maior produtora nacional de aço, reajustou os preços em 15% em fevereiro deste ano; é o segundo aumento do ano. No início de 2021, os preços subiram 10%. A companhia justifica o aumento diante da alta dos custos com minério (que foi a US\$ 170 a tonelada), do carvão (US\$ 140 dólares o preço FOB na Austrália) e do coque (de US\$ 480 a US\$ 500 o preço FOB na China). A compra de placas da CSN de terceiros para complementar a sua produção também teria aumentado. Além disso, no exterior, a China, que exportava 10 milhões de toneladas de coque por ano, virou importadora líquida do produto, fazendo o preço subir muito.

As maiores influências no aumento dos custos com materiais e equipamentos em fevereiro/2021, conforme o INCC/FGV foram:

- Vergalhões e arames de aço ao carbono (21,34%)
- Tubos e conexões de ferro e aço (11,56%)
- Tubos e conexões de PVC (7,39%)
- Tijolo/telha cerâmica (2,57%)
- Condutores elétricos (3,78%)





## . TRABALHAMOS POR ENQUANTO NA INCERTEZA

*Todos os planejamentos tiveram que ser revistos, calendários e agendas são alterados quase que diariamente.*

Medidas provisórias, decretos, novos protocolos, projetos de lei, revisões. Alterações da norma são propostas, discutidas, reescritas, discutidas novamente, alteradas, aprovadas, editadas e pasmem, prorrogadas... Até que novas datas sejam apresentadas repete-se o ritual desastroso, rotineiramente cansativo, ineficaz, oneroso para quem dele participa, para o governo e para sociedade. Muitas vezes repetindo os mesmos erros e quase sempre impedindo os avanços que tanto precisamos.

É possível discutir a essência das relações de trabalho quando as normativas são tão complexas e ao mesmo tempo tão vagas? Sim. A resposta é sim.

Percebemos que enquanto atores deste processo, essa matéria não pode parar.

O quanto ainda há por fazer? Tudo.

Relações de Trabalho não param, são retroalimentadas pela própria natureza do tema. Todos os dias surgem novidades. Exemplo disso é este terrível momento da Pandemia. De consequências ainda não conhecidas. Façamos uma pausa e observemos TODOS os canteiros de obras com os quais nos deparamos ao andarmos pelas cidades. Há algum padrão?

Sabemos que a indústria da construção civil, carrega o peso do grande setor, da alta empregabilidade, dos reflexos para a sociedade com o surgimento de obras, de grandes edifícios, de saneamento básico, de pontes e rodovias, de obras públicas etc. Mas somos mesmo uma indústria?

Voltando ao perfil das obras que en-

xergamos diariamente pelos “quatro cantos”, quem está lá? Aquele homem de semblante cansado, roupas muito simples normalmente impróprias, apenas um boné de propaganda de uma loja qualquer de materiais, mãos calejadas, abastecendo de cimento e areia uma betoneira fora de norma, sob o sol e invariavelmente alocada no passeio público, as vezes até no meio da rua. Este homem que toma água da mesma mangueira que molha a sua argamassa, que se expõe a poeira do processo, que se confunde com a fumaça do cigarro, é o mesmo que se acomoda sobre sacos de cimento e faz sua refeição “aquecida” sobre três pregos e um pouco de álcool.

É evidente que estamos falando de pequenas obras. No entanto, o que é uma pequena obra? Contratamos pessoas de todas as obras, a rotatividade é característica do setor. Portanto a cada carteira assinada, estamos nós, setor organizado, assumindo o compromisso de reverter o quadro descrito acima. Isto é a essência da relação de trabalho. Por esta mudança passarão obrigatoriamente análises de saúde, psicossociais, de hábitos alimentares, de consumo de drogas (mesmo aquelas consideradas lícitas como o álcool e o cigarro), de educação econômica e de tantas outras características fundamentais, que desejamos e que precisamos que esteja presente em nossa força de trabalho.

Por isso, precisamos enxergar o setor como um todo e não apenas do portão da obra pra dentro.



*Agnaldo Mantovani  
Coordenador*



*Edson Luiz Schmitz  
2º Coordenador*



*Marcelo José Marques  
3º Coordenador*



*Maria Estela Montini Domingues  
Coordenadora*



*Ana Carolina Dillenburg  
2ª Coordenadora*



*Vitor Hugo Stormovski Cesar  
2º Coordenador*

## .A TRANSVERSALIDADE DO BIM

Fortalecer a parceria entre o Sinduscon Paraná Oeste com o IPC (Instituto de Planejamento de Cascavel), juntamente com a Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), para dar musculatura à plataforma BIM (Building Information Modeling) que significa Modelagem/Modelação da Informação da Construção, é um dos principais desafios enfrentados pelo Comat (Comitê de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade) do Sinduscon Paraná Oeste.

“Em que pese todas as barreiras impostas por uma pandemia que trouxe atraso em todos os segmentos da construção civil, especialmente no que se refere à evolução tecnológica, que dá sustentação ao setor, este é o momento de continuar buscando avanços significativos ao sistema, de quebrar barreiras e vencer as dificuldades iniciais que foram detectadas”, destaca a engenheira civil Maria Estela Montini Domingues, coordenadora do Comat.

“A projeção para 2021 é de buscar maior disseminação do BIM e vencer todas as barreiras e dificuldades encontradas ao longo do caminho. O ano de 2020 foi especialmente difícil, por conta da limitação de reuniões presenciais e do aprofundamento do debate, que se torna limitado quando feito de forma telepresencial. Queremos gerar um projeto-piloto ainda mais assertivo, para que possa ser apresentado aos associados, com objetivo de se familiarizem com a plataforma. O papel da entidade tem grande relevância na massificação do BIM em nossa região, para que as empresas aprendam corretamente e tenham possibilidade de acelerar a velocidade do aprendizado, criando um ambiente de troca de experiências e de impulso do mercado regional”, diz Estela.

Importante destacar para os leigos que o BIM é um modelo virtual, não constituído apenas de geometria e texturas para efeito de visualização. Trata-se de uma construção virtual equivalente a uma edificação real, possuindo assim, muitos detalhes no tocante a composição dos materiais de cada elemento, como portas, janelas, etc. Isso permite simular a edificação e entender seu comportamento antes de sua construção real ter sido iniciada. O modelo BIM pode ser utilizado desde a modelagem tridimensional dos projetos, compatibilização entre os diversos projetos que compõem a obra, bem como planejamento, orçamento e acompanhamento da obra desde a fase de projeto até sua conclusão. Isto tudo proporciona ao cliente uma visão de como será o imóvel desejado, e ao executor maior segurança e eficiência em todo o processo de construção.

Recentemente, foi realizada pesquisa com associados do Sinduscon Paraná Oeste para uma eventual pós-graduação em BIM, em parceria com o Senai, bem como workshops, eventos e práticas do dia a dia, tirando o tema da teoria e colocando na prática. A maior parte dos entrevistados demonstrou interesse em todas as iniciativas sugeridas. Por outro lado, o Governo do Paraná tem interesse no assunto e é um dos melhores estruturados do Brasil na implantação do sistema. Para complementar, a participação dos demais comitês do Sinduscon Paraná Oeste na discussão, de forma transversal, também é um caminho entre as estratégias a serem adotadas. “A única certeza é que, quem estiver se preparando com antecedência, vai beber a água limpa. A mudança vai acontecer, queiram ou não. E o BIM não vai resolver todos os problemas de uma obra, especialmente falhas em projetos. Mas é um caminho sem volta”, afirma Estela.

# .REVOGADA, RESOLUÇÃO 64/2020 PASSARÁ POR NOVAS ADEQUAÇÕES

*A discussão da redação envolverá participação da sociedade e entidades representativas de municípios, estados e conselhos profissionais.*

A Resolução CGSIM Nº 64 (11/12/2020) que trata da classificação de risco no direito urbanístico para os fins do inciso I do caput e inciso II e do § 1º do art. 3º da Lei nº 13.874 de 20 de setembro de 2019 – e institui o papel do Murin (Mercado de Procuradores Digitais de Integração Urbanístico) e PDI (Procurador Digital de Integração), que traz nova sistematização de atos públicos relacionados à Liberação de Alvará de Construção e Habite-se de forma online para obras de “baixo risco” – foi revogada recentemente, para que seja discutida e adequada.

Como traz o próprio texto da justificativa da revogação da resolução em 01/03/2021 - “Considerando a complexidade e abrangência da Resolução CGSIM nº 64, de 11 de dezembro 2020, que estabeleceu sistema descentralizado, digital, integrado e declaratório para licenciamentos de obras e edificações de pequeno porte, e considerando a manifesta necessidade de adequação da redação a partir da discussão da redação com a sociedade e entidades representativas de municípios, estados e conselhos profissionais” - espera-se que haja avanços significativos no decorrer deste ano para a mesma seja debatida e aprimorada, trazendo os benefícios almejados.

Em reunião virtual do Codesb (Comitê de Desburocratização) do Sinduscon Paraná Oeste, realizada em 11 de fevereiro deste ano – foram apresentados diversos esclarecimentos efetuados na Live realizada em 29 de janeiro de 2021, organizada por representantes da Subsecretaria de Micro e Pequenas Empresas do Ministério da Economia e da SERPRO – sendo esta uma conversa inicial para apresentar o texto da resolução elaborado pela Secretaria de Desburocratização. “Essa interlocução com os municípios e corpo de bombeiros já previa nesta data que a implantação da resolução seria adiada em razão de possibilitar que fossem feitas adequações ao texto – solicitadas por meio de manifestações do CREA e CAU, Corpo de Bombeiros e outras entidades representativas da sociedade e municípios”, destaca o coordenador do Codesb, Ronald Drabik.

Nas próximas reuniões da Codesb, em razão da revogação da resolução, o Comitê continuará debatendo o assunto, acompanhando

sempre a evolução dos próximos passos que envolverão adequação do texto da resolução – se colocando à disposição para contribuir nas discussões pertinentes.

“Ao conceder Alvarás para atividades de baixo risco de forma digital e automática, a administração pública se concentra naquilo que realmente importa, que são as operações que podem oferecer maior risco. Dessa forma, o Estado contribui para uma gestão mais simples e eficiente, com foco na geração de empregos e no aumento da renda da população. Com o envolvimento e a participação do CREA/Confea e CAU e outras entidades representativas de municípios e sociedade no debate e aprimoramento da Resolução 64 – facilitará a compreensão e eliminará inúmeros entraves que dificultariam sua implementação pelo país. Espera-se que tão logo seja revisada, a sua implantação trará uma forma mais ágil e simples para aprovação de projetos, reduzindo a burocracia e impactando diretamente na rapidez de se construir e habitar no Brasil de forma legal. A redução no tempo de aprovação de projetos e emissão de Alvarás e Habite-se deve ajudar o país a melhorar sua posição no ranking Doing Business, do Banco Mundial, que mede anualmente a facilidade de fazer negócios e a burocracia de um País. O Brasil ocupa a 124ª colocação entre 190 nações analisadas” destaca Drabik.

De forma pioneira, Cascavel e região Oeste do Paraná já haviam se antecipado e criado o Aprova Digital, sistema que elimina todo o uso de papel nos processos, economizando tempo e dinheiro público e reduzindo em até 90% o tempo para liberação de processos das suas Secretarias.

O sucesso do Aprova Digital, gestado nas reuniões do Comitê de Desburocratização, foi tamanho que sua aplicação foi seguida por outras 22 prefeituras, atendendo a uma população de aproximadamente 20 milhões de pessoas em seis estados da Federação e proporcionando economia anual de aproximadamente R\$ 10 milhões. São cidades como São Paulo (SP), Presidente Prudente (SP), Barretos (SP), Bauru (SP), Mogi das Cruzes (SP), Santana de Parnaíba (SP), Itajaí (SC), Chapecó (SC), Joinville (SC), Caçador (SC), Massaranduba (SC) e Patos de Minas (MG), entre outras.



Ronald Peixoto Drabik  
Coordenador



Leandro Freder Gomes  
2º Coordenador



Aparecido L. de Oliveira  
3º Coordenador



*Sérgio Casarotto*  
Coordenador



*Paulo Vilmar Gotardo Júnior*  
2º Coordenador



*Flávio Nabih Nastas*  
3º Coordenador

## .CHEGOU A HORA DE REVER A METODOLOGIA DO CUB

Com o avanço da pandemia, a viabilização de novos empreendimentos tem sido reavaliada pelas principais empresas construtoras e incorporadoras do mercado, o que causa profundos reflexos na indústria imobiliária. Ocorre que, praticamente todos os meses, temos significativos aumentos de preços nos materiais usados na construção civil, especialmente os insumos mais básicos, e o CUB, que é o fator principal de evolução de preços, não acompanha tais reajustes. Por isso, torna-se consenso que já passou da hora de discutir a metodologia do CUB, seus pesos e representatividade de cada item em uma obra.

O CUB, ou Custo Unitário Básico, é um método paramétrico de orçamento de obras de construção, onde se obtém o custo por meio do produto entre o valor correspondente ao CUB e a respectiva área construída da edificação.

“Ocorre que, dependendo do estágio de uma obra, o índice aplicado pode fazer a diferença entre o lucro e o prejuízo”, destaca Sérgio Casarotto, coordenador do CII (Comitê da Indústria Imobiliária) do Sinduscon Paraná Oeste. O CUB é calculado mensalmente pelos Sindicatos da Indústria da Construção Civil de todo o País. Determina o custo global da obra para fins de cumprimento do estabelecido na lei de incorporação de edificações habitacionais em condomínio, assegurando aos compradores em potencial um parâmetro comparativo à realidade dos custos. Atualmente, a variação percentual mensal do CUB tem servido como mecanismo de reajuste de preços em

contratos de compra de apartamentos em construção e até mesmo como índice setorial.

Outra mudança de conceito, advinda da pandemia, é com relação a um antigo princípio que norteava as políticas de vendas das empresas: a comercialização do imóvel na planta. Antes, era considerado sinônimo de sucesso um empreendimento cuja venda antecipada dos imóveis ocorria em sua totalidade. Hoje, com índices de preços variando de forma inconsistente, a venda antecipada pode configurar um mau negócio. Trata-se de mais uma lição que a pandemia trouxe.

Mas nem tudo é má notícia. Recente sondagem da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), que ouviu 1,2 mil consumidores, aponta aumento de 9,8% na compra de imóveis novos (apartamentos) e queda de 17,8% no número de lançamentos em 2020 na comparação com o ano anterior. No País, as vendas tiveram aumento de 3,9% no quarto trimestre de 2020, na comparação com o trimestre anterior. Na comparação entre o quarto trimestre de 2020 e o mesmo período de 2019, as vendas subiram 6,7%.

Apesar de os financiamentos imobiliários terem atingido recorde histórico em 2020 (R\$ 177 bilhões), com recursos da poupança crescendo 58%, os financiamentos pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) caíram 5% no mesmo período. “Nossa preocupação é que seguidamente há saques no FGTS. E isso acabará prejudicando as famílias que querem ter acesso à sua moradia”, argumenta Casarotto.

# .EM BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA

Diante do agravamento da crise do coronavírus, e seus efeitos colaterais econômicos, como a falta de insumos e matérias-primas para o setor da construção civil, e o consequente aumento de preços nestes materiais, nunca houve uma necessidade tão grande da busca pelo reequilíbrio econômico-financeiro de contratos para empresas da construção civil especializadas em obras públicas. Muitas empresas solicitaram, mas até agora as respostas são poucas e nada animadoras. E mais, os entes contratantes são vários, desde prefeituras (só na base do Sinduscon Paraná Oeste são 50), a governo do Estado, Governo Federal, Itaipu Binacional, e outras.

O assunto é complexo e envolve uma série de aspectos técnicos. De um lado estão as empresas, prejudicadas com o aumento drástico no preço dos insumos, na falta de oferta de matérias-primas como aço, cimento, cobre, PVC e outros e açodados pela lei da oferta e da procura, onde prevalece a lei do mais forte, ou seja, o produto só é entregue para quem paga mais.

De outro lado, está o poder público, condicionado ao cumprimento das leis, da fiscalização dos Tribunais de Contas, da dificuldade em promover reajustes sem embasamento técnico e sem previsão orçamentária prévia. “Esse impasse, caso não resolvido, poderá causar sérios problemas, inclusive um apagão nas obras públicas”, destaca o engenheiro civil Marcelo Rambo, coordenador do Coinfra (Comitê de Infraestrutura do Sinduscon Paraná Oeste).

A grande questão é que há uma falta generalizada de informações a respeito das condicionantes legais para a realização de um reequilíbrio, pois, até o início do ano passado, a possibilidade de uma pandemia de proporções mundiais sequer era ventilada em um contrato de prestação de serviços, quiçá em um edital. A Lei 8.666/93, por

exemplo, prevê, em seu bojo, duas opções preferenciais: a desistência do contratante ou a formalização de um novo contrato, a partir do zero. Mas há um consenso entre todas as partes: ninguém quer desistir: o contratante quer a obra pronta e o contratado quer executá-la.

A nova lei de licitações (PL 4.253/2020) deve ser um novo marco e necessitará de muito estudo por parte de entidades técnicas, como é o caso do Sinduscon Paraná Oeste. Caso mal interpretada, pode representar o fim prematuro de micros e pequenas empresas, tamanho o grau de exigências na atual proposta em debate.

Mas nem tudo é ruim. O projeto cria modalidades de contratação, tipifica crimes relacionados a licitações e disciplina itens do assunto em relação às três esferas de governo: União, Estados e Municípios. Entre outras mudanças, o texto permite seguro-garantia nas licitações, o que poderá contribuir para a redução de obras inacabadas, e cria um portal nacional de contratações públicas para centralizar os procedimentos licitatórios dos entes federados por meio de um banco de dados unificado.

## CONVÊNIO

Concebido antes do período crítico da covid-19, um convênio entre Sinduscon Paraná Oeste, Unioeste e Prefeitura de Cascavel previa a otimização do setor de compras do município, com a solicitação, no momento da divulgação de editais para obras públicas, a apresentação de alguns índices econômicos. O trabalho ficou pronto, chegou até a ser encaminhado ao Setor de Compras da prefeitura e estava prestes a ser apresentado ao prefeito, mas não houve solução de continuidade por conta do agravamento da pandemia. O desafio, agora é retomar esse trabalho.



Marcelo Adriano Rambo  
Coordenador



Abel Pickler Sgarioni  
2º Coordenador



Igor Alexandre Vasconcelos  
3º Coordenador



Jair Carlos Sorbara  
Coordenador



Araê Vieira Dalmina  
2º Coordenador



Robson Biela  
3º Coordenador

## .PARCERIA QUE RENDE FRUTOS

A aproximação cada vez maior entre o CMA (Comitê de Meio Ambiente) do Sinduscon Paraná Oeste com a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Cascavel é aquele tipo de parceria em que todos ganham. Enquanto o poder público tem a prerrogativa de executar as políticas para o setor, o CMA, com sua expertise, pode colaborar e muito para a efetivação de resultados que alcancem toda a sociedade, preservando um dos patrimônios mais importantes que temos, a natureza, com responsabilidade e sustentabilidade.

Um dos exemplos desta união é com relação à política de arborização do município, explica o engenheiro civil Jair Sorbara, coordenador do CMA. Em recente reunião do Comitê, que contou com a presença do secretário municipal de Meio Ambiente, vereador Nei Haveroth, ficou definido que ambas as instituições trabalharão em conjunto para preservar a qualidade da arborização do município. “Calçadas muito concretadas, por exemplo, em muitos casos acabam danificando as raízes das árvores, que acabam caindo. Além dos cortes irregulares já praticados, precisamos efetivar um plano de arborização do município com perspectivas de médio e longo prazos, porque se trata de uma ação permanente, com efeitos para essa e para as próximas gerações”, destaca.

Outro ponto relacionado à arborização urbana é a plantação de palmeiras em baixo das redes de energia elétrica, o que, futuramente, pode vir a dar problemas para o proprietário do imóvel e para a Copel. Neste aspecto, é importante disseminar a informação de que as floriculturas e empresas

de paisagismo têm por obrigação informar os clientes sobre as árvores que são condizentes para calçadas e que há muitos pedidos para retirada de árvores, ao passo que o maior motivo é o entupimento de calhas. Neste sentido, o CMA busca efetivar parcerias ainda maiores, como com a Aeac e o Crea-PR, buscando rever os métodos construtivos para que sejam mais favoráveis.

A divulgação de ações ambientalmente corretas junto à população é outra ação que envolve a parceria. Com apoio financeiro da Itaipu Binacional, as entidades estudam a produção de vídeos orientativos, que apontam caminhos para a destinação correta dos resíduos da construção. Mesmo recurso poderá ser utilizado para disseminar informações sobre os ecopontos que serão instalados na cidade para o recebimento de materiais recicláveis. A ideia é produzir vídeos, bem como cartilhas orientativas, para todas as cadeias de produção.

A implantação do IPTU Verde é outra ação que vem sendo gestada em Cascavel com apoio do CMA. Trata-se da aplicação de descontos variáveis sobre o valor de pagamento do IPTU, concedidos para imóveis que atendem às medidas sustentáveis estabelecidas pelo próprio município. Adotado em inúmeros países do mundo, o IPTU Verde já chegou a aproximadamente 565 municípios do Brasil, e cidades como Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu estudam sua aplicação, conforme desejo expressado pelos prefeitos destas três cidades em cartas compromisso assinadas junto ao Sinduscon Paraná Oeste na época da campanha eleitoral de 2020.

# EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO

A pandemia do novo coronavírus trouxe danos à saúde das pessoas, e também abalos psicológicos a familiares e amigos das centenas de vítimas da doença. Tais como queda na produtividade nos canteiros de obras e a necessidade de unir esforços para, em nossa reduzida capacidade de resolução de problemas, ser uma gota no oceano de soluções possíveis e plausíveis.

Esta pandemia, cujos números não guardam semelhança alguma com qualquer outra, nos levou a outro fenômeno de idêntica gravidade: a falta do conhecimento e do equilíbrio necessários para a tomada de decisões sensatas em momentos difíceis como o que estamos vivendo. Deslumbrados e idiotizados pelas redes sociais, de repente perdemos, quase todos, a noção das regras básicas para um relacionamento civilizado entre duas ou mais pessoas.

É por esses e outros motivos que o CRS (Comitê de Responsabilidade Social) do Sinduscon Paraná Oeste se reveste em múltiplas atuações neste momento de crise. Logo no início da pandemia, foi o comitê responsável por angariar recursos, alimentos e outros donativos para quem havia perdido o emprego. Depois, atuou de forma a trabalhar no ambiente coletivo, dando sustentação, junto a outros comitês, à formação de um ambiente de trabalho mais saudável, profilático, proativo e inovador. A ordem agora é adaptação: uma chave para a felicidade.

“Agora, o desafio maior é superar as dificuldades iniciais e dar sequência a um processo de reeducação das pessoas, dos colaboradores aos gestores, passando por fornecedores e demais integrantes da cadeia produtiva da construção civil”, destaca a engenheira civil Silvia Vendramin, coordena-

dora do CRS. As metas do CRS para 2021 são nesta linha, a busca pela conscientização e superação do ser humano. Tanto é que no momento trabalha em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Cascavel, para ajudar famílias em situação de vulnerabilidade.

E também: apoio em campanhas de vacinação para trabalhadores da construção civil, tal qual ocorreu, em anos anteriores, em relação a campanhas anuais de vacinação contra gripe H1N1 e outras enfermidades, sempre em parceria com o Sesi e outras instituições. Ainda sobre 2021: tudo indica que o mais tradicional evento do CRS, o DNCS (Dia Nacional da Construção Social), aos atuais moldes propostos, não irá acontecer devido ao modelo de aglomeração e envolvimento de pessoas. Outras campanhas devem ter continuidade, como de combate à dengue e de prevenção ao câncer, através de ações de apoio ao Outubro Rosa e Novembro Azul, entre outras.

Outro desafio é enfrentar um drama antigo da construção civil, o tabagismo, o alcoolismo e crescente uso de drogas por parte de colaboradores da construção civil. Esse tema já está em pauta, e está sendo tratado em reportagem especial nesta edição da revista Construção Oeste. Mas é um assunto que certamente terá continuidade e não deverá parar por aqui. “Quanto mais conscientes e íntegros são os seres humanos tantas maiores são sua sensatez, lealdade e franqueza para encarar todas as coisas de suas relações comuns” – Sabedoria Logosofica. Vidas não podem ser perdidas, ou aviltadas. Não se esqueçamos, jamais, que o maior patrimônio de uma empresa não é o seu capital ou seu acervo: é o material humano”, diz Silvia.



*Silvia Vendramin  
Coordenadora*



*Sara Priscila Rezende de Souza  
2ª Coordenadora*



*Vanessa Dias Pércio  
3ª Coordenadora*



Joaquim Pereira Alves Jr  
Coordenador



Sandro Dal Bosco  
2º Coordenador



Ricardo Parzianello  
3º Coordenador

## .TRANSFORMANDO “JURIDIQUÊS” NO ENTENDIMENTO DA ENGENHARIA

Quando o assunto é construção civil e seus aspectos legais, a linguagem jurídica, também conhecida como “juridiquês” (neologismo em voga no Brasil para designar o uso desnecessário e excessivo do jargão jurídico e de termos técnicos de Direito), precisa ser adaptado ao entendimento de outro neologismo, o “engenhârês”, que serve para o idioma de quem constrói e reforma.

Traduzir essa linguagem técnica, tornando-a compreensível para o setor da construção civil é apenas um dos desafios diários enfrentados pelo Comjur (Comitê Jurídico) do Sinduscon Paraná Oeste, um dos que mais tem atuado neste momento de pandemia, tamanha a variedade e diversidade de mudanças de implicação jurídica pelo qual o setor vem atravessando.

O Comjur é um Comitê de apoio, que atua de forma transversal junto aos demais Comitês técnicos da entidade, trabalhando de forma a assessorar o setor em questões de legalidade, legislação, regras e outras questões que envolvem tribunais, Justiça, Ministério Público, advocacia e outras esferas do Direito. E também no que se refere a questões extra-judiciais, mas que dependem do conhecimento e trabalho de advogados entendedores do assunto para que deslanchem.

O fator covid-19 foi crucial para que o Comjur evidenciasse ainda mais sua importância no contexto da atuação do Sinduscon Paraná Oeste junto aos seus associados. Especialmente no trabalho técnico voltado para justificar os pedidos de realinhamento econômico financeiro de preços nos contratos de empresas construtoras com entes da adminis-

tração pública, como prefeituras, governo do Estado, governo federal e estatais.

No momento enfrentado atual, a pandemia trouxe a reboque a necessidade da mudança de contratos, para que empresas, principalmente as de médio e pequeno portes, não sucumbissem ao delicado momento. “A preocupação é fazer com que o associado se sinta amparado e acolhido, buscar soluções e estar atento a cada manifesto da economia que reflita no setor da construção civil”, observa o advogado Sandro Dal Bosco, um dos coordenadores do Comjur. “É um órgão de apoio aos demais comitês e assim continuará, ou seja, não é um comitê fim, e sim um comitê meio”, destaca.

Estar atento a modificações da legislação, para transmitir mudanças aos associados, é outro desafio, explica o advogado Joaquim Pereira Alves, que também integra o Comjur. “São 24 Tribunais de Justiça no Brasil, mais Tribunais Federais, Tribunais de Contas, STJ (Superior Tribunal de Justiça), STF (Supremo Tribunal Federal) despejando leis e normativas a todo momento, com ampla repercussão no setor da construção civil e respectiva cadeia produtiva, por isso devemos permanecer sempre atentos”, comenta.

Além disso, a interação com órgãos públicos e privados, buscando sempre o diálogo para soluções conjuntas, no que se refere a obras públicas ou não, é outra das atribuições do Comitê. Além disso, revisão, de cálculos, cláusulas, rediscussão de critérios para a composição do CUB, entre outros assuntos, estão na alçada deste colegiado.



# PELA INDÚSTRIA, EM TODO O PARANÁ

Lucas Popovic  
e Luis Henrique  
da Silva Fernandes,  
ex-alunos do Senai,  
em Francisco Beltrão

No **Sistema Fiep** desenvolvemos as indústrias em todas as regiões do Paraná. Com a **Fiep**, por meio da representatividade e defesa dos setores. O **Senai**, na capacitação de profissionais e promoção de tecnologia e inovação para os negócios. Com o **Sesi**, levamos educação e segurança e saúde para dentro e fora das indústrias. Já com o **IEL**, contribuimos na formação de gestores para fortalecer a cultura da inovação industrial.

É assim que incentivamos  
o crescimento da indústria do Paraná!  
Saiba mais em:  
[sistemafiep.org.br/campanha](http://sistemafiep.org.br/campanha)

**Sistema  
Fiep**



Pela indústria, em todo o Paraná.

## .QUANTOS MAIS RISCOS ENFRENTAMOS NAS OBRAS?

Diante das possíveis formas de transmissão e contaminação pelo temível vírus Covid-19, e de todas as suas consequências, o que mais são enfrentados no dia-a-dia da construção civil?

Apenas imaginar que tudo esteja descrito na documentação técnica das obras e que todas as medidas para o seu controle sejam realmente eficazes é muito pouco, é arriscado e pode ser trazer consequências desastrosas.

Através da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, obtivemos o Ranking de benefícios concedidos em 2020, e encontramos informações que podem nos balizar. Ressaltamos que os números observados não foram estratificados por setor de atuação, mas de qualquer forma servem para uma análise preliminar da situação.

Hérnias de disco despontaram no topo da lista de pedidos com quase 50mil benefícios concedidos, Covid-19 em terceiro lugar com 37.045 solicitações.

Lesões na região lombar e lombalgias ciáticas seguem em quarto e quinto lugar, e distribuídas entre as 20 primeiras da grande lista, nos chama a atenção dois grupos bem distintos. O primeiro deles, bastante conhecido pela grande exposição dos trabalhadores aos riscos de origem mecânica, também chamados de riscos de acidente, traz um elevado número de fraturas e demais lesões em membros superiores e inferiores. Já o segundo grupo de doenças, e para o qual precisaremos ficar atentos, estão assim relacionados, com o respectivo posicionamento no ranking:

- 7. Depressão: 26.327 casos
- 8. Transtorno de ansiedade com depressão: 20.986
- 14. Transtorno depressivo recorrente: 16.101
- 16. Ansiedade generalizada: 13.646
- 18. Depressão moderada: 12.778

Com uma simples leitura, já podemos nos indagar: quais as causas?

Torna-se claro e cada vez mais importante que devemos aprimorar os mecanismos de controle sobre quais as condições em que apropriamos mão de obra em nossos canteiros.

O rol dos possíveis riscos para os canteiros de obras é extenso, e muitas vezes, ao avaliarmos tecnicamente uma situação pontual de acidente ou de agravos a saúde, ainda identificamos a combinação de perigos, tornando mais difícil a tarefa. Os riscos estão lá, não deixarão de existir, a exposição é eminente. Então o que nos resta como atores deste processo?

Acreditamos que parte significativa das mudanças urgentes e necessárias para a eliminação ou a minimização das consequências sobre o trabalhador esteja atrelada ao fator educacional. Não é de hoje a percepção das falhas gigantescas neste quesito, no entanto, nunca é tarde para recomeçar. Todos os dias ingressam novos trabalhadores no setor, e assim, todos os dias devemos voltar nossos olhos para uma identificação mais refinada sobre os riscos existentes, reconhecendo e avaliando os verdadeiros problemas e cuidar para não apenas permitir a continuidade das falhas, muitas vezes com a simples justificativa de que nada é perfeito ou de que outros também falham. Sejamos nós independentes de qualquer coisa, os instrumentos para melhorar continuamente a qualidade de vida das pessoas que vivem ao nosso redor. Empresas serão verdadeiramente fortes, somente evitando os altos índices de acidente e o adoecimento precoce dos seus trabalhadores.

**Agnaldo Mantovani**  
*Engenheiro de Segurança do Trabalho*  
*Assessor Técnico do Sinduscon Paraná Oeste*

# Dipelnet Empresas





Mais inovação para fazer  
seu negócio crescer



## Internet fibra óptica

-  100% Upload 100% Download
-  Link Dedicado
-  Sem franquia de dados
-  Data center interligado ao IX e SP2/SP4 São Paulo

## Telefonia digital

-  DDR/E1
-  Portabilidade
-  Chamadas fixo e móvel
-  0800

## E mais

Rede monitorada 24 horas por dia

Suporte técnico especializado

Central de Atendimento ao Assinante



Escaneie e fale  
com a gente  
pelo **WhatsApp**

 /dipelnet  /\_dipelnet

[www.dipelnet.com.br](http://www.dipelnet.com.br)

# .ECONOMIA E DURABILIDADE

## DICAS SOBRE APROVEITAMENTO DE EPIS

A legislação brasileira é bem clara quanto a um ponto. O empregador é o principal responsável pela segurança de seus empregados e pelos cuidados com o EPI que são disponibilizados a eles. Desta forma, se o espaço de trabalho cria riscos potenciais para as pessoas que trabalham lá, o empregador é legalmente obrigado a garantir que os Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) sejam fornecidos a todos os funcionários, além de garantir que estes EPIS estejam em condições adequadas e em conformidade com a necessidade de cada tipo de trabalho. Citando a NR 6, um EPI é “todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho”. Porém cabe ao usuário fazer o armazenamento e tomar os devidos cuidados com o EPI que forem necessários. É aconselhável que o empregador, em colaboração aos seus empregados, implemente um processo de manutenção eficaz, que inclua os seguintes passos:

### 1. Higienize os equipamentos de proteção individual

Boa parte dos equipamentos de proteção individual são laváveis, como os capacetes. O uso de sabão neutro é o mais indicado, mas há alguns produtos específicos que podem ser exigidos para EPIS em particular, como óculos de proteção. Esses produtos vão higienizar a peça e, simultaneamente, protegê-la do desgaste, por isso é uma boa ideia investir na compra deles.

### 2. Faça o armazenamento adequado dos EPIS

Saber onde guardar os equipamentos de proteção individual também vai ajudar a preservá-los por muito mais tempo. É que, em alguns ambientes, EPIS estão mais propensos a serem danificados por choque ou contato indevido. O ideal é evitar espaços onde há muito calor e umidade. Da mesma maneira como acontece quando é feita a higienização do EPI, mantê-lo seco vai evitar a proliferação de micro-organismos que podem causar problemas de saúde na equipe.

### 3. Utilização correta

Educar os colaboradores é a principal ação para evitar que esses problemas se tornem rotineiros e onerem o negócio. Utilizar um equipamento que não é resistente ao calor, por exemplo, em uma situação na qual o contato com fontes dele é iminente oferece risco para o utilizador e compromete a durabilidade e eficiência dos itens.

### 4. Utilize o procedimento certo em cada EPI

Para proteger um EPI é preciso limpá-lo do jeito certo para se evitar o desgaste.

### 5. Troque os EPIS no momento certo

Fazer a troca dos equipamentos de proteção individual é tão importante para a conservação deles quanto qualquer outro dos passos listados aqui. A maioria dos EPIS são trocados pelas empresas de acordo com uma política interna, seguindo o histórico de substituição.

### 6. Invista em produtos de qualidade

Por último, não se esqueça de verificar as credenciais do fornecedor de EPI. Equipamentos de qualidade são certificados e testados periodicamente para garantir que são capazes de manter os colaboradores de uma empresa protegidos.







Vantagens para a sua **carreira**.  
Soluções para a sua **vida**.

Conheça os benefícios  
reembolsáveis da Mútua.



### Ajuda Mútua

Auxílio financeiro mensal ao associado que se encontra temporariamente desempregado, em caso de invalidez temporária ou, no caso de profissionais liberais, com falta eventual de trabalho.

Financiamentos de até  
**5 salários mínimos**

Reembolsos em até  
**24 meses**



### Equipa Bem

Feito para quem quer investir na profissão e adquirir veículos, equipamentos, máquinas, aparelhos eletrônicos, softwares, imóveis, reformas, aquisição de energias renováveis e muito mais!

Financiamentos de até  
**80 salários mínimos**

Reembolsos em até  
**42 meses**



### Garante Saúde

Benefício aos associados que precisam de assistência médica, hospitalar, odontológica, custeio de planos de saúde e aquisição de medicamentos.

Financiamentos de até  
**80 salários mínimos**

Reembolsos em até  
**36 meses**



### Férias Mais

Ninguém vive somente de trabalho, pois é importante levar uma vida mais saudável e equilibrada. Com esse auxílio, a Mútua ajuda a tirar suas férias do papel.

Financiamentos de até  
**40 salários mínimos**

Reembolsos em até  
**30 meses**

**CONFEA** Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

**CREA** Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia



**MÚTUA-PR**  
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

Av. Presidente Kennedy, 3115 - Lj. 01 - Água Verde - Curitiba-PR - CEP: 80.610-010

**41 3253-5446 • pr@mutua.com.br**

[www.fundati.com.br](http://www.fundati.com.br)

**FUNDANDO COMPROMISSOS  
COM RESPONSABILIDADE.**



A Fundati é especializada em projetos, gerenciamento e execução de fundações profundas com estacas e sondagem de reconhecimento de solo e rocha. Com soluções inovadoras e arrojadas! Venha para a Fundati e conheça nossas soluções.

**☎ 45 3035-2500**

BR 277, Km 596 - Anexo ao Posto Ipiranga - Cruz Grande - Cascavel/PR  
Av. Parigot de Souza - Anexo Posto Muraro - Toledo/PR  
[fundati@fundati.com.br](mailto:fundati@fundati.com.br)

siga-nos nas  
redes sociais



Fale com a gente:

